

A POPULAÇÃO AGRÍCOLA EM PORTUGAL CONTRIBUIÇÃO PARA O SEU ESTUDO

É sempre difícil conhecer a população que trabalha num dado sector ou ramo de actividade, pelas dificuldades e lacunas dos cálculos gerais, pela indefinição profissional de muitos e pela diversidade cumulativa de empregos por conta própria de tantos outros, principalmente em situações de crise e de florescimento da economia subterrânea, que na sua componente "oculta" tanto favorece o trabalho independente não declarado como o trabalho clandestino por conta doutrem. Quando esse sector é o agrícola as dificuldades avolumam-se, nomeadamente quanto aos trabalhadores ocasionais e sazonais (fragilidade e incipiência da organização sindical e da fiscalização oficial), quanto aos não remunerados (ajudas familiares) e quanto às mulheres, mesmo excluindo a economia "autónoma" (1). Deste modo, são necessárias muitas precauções na interpretação dos valores dos recenseamentos, sobretudo nas análises regionais e evolutivas.

1. QUANTOS TRABALHAM NA AGRICULTURA?

Segundo o XII recenseamento geral da população, em 1981 trabalhavam nas actividades agrícolas e florestais 664.681 pessoas, sendo 61,8% do sexo masculino, justamente quando o Inquérito Permanente ao Emprego, também levado a cabo pelo Instituto Nacional de Estatística, estimava 1064 mil (apenas 46,9% do sexo masculino), ou seja, cerca de mais 400 mil activos, dos quais 311 mil mulheres e muitos reformados e incapacitados, respectivamente computados como domésticas e como inactivos (2). Em 1979, segundo o recenseamento agrícola, trabalhavam nas suas próprias explorações 1.835.888 pessoas, das quais 50,2% do sexo masculino. A estes últimos valores devemos juntar os membros efectivos das cooperativas de produção agrícola e unidades colectivas de produção (31.639) e parte da mão-de-obra permanente não familiar da agricultura patronal (89.086, sendo 66,5% homens); já que alguns não cultivam qualquer parcela de terra sob a sua responsabilidade: obtêm-se

(1) M. JOÃO RODRIGUES, "Trabalho oculto e processos de submersão", *Economia e Socialismo*, Nova Série, n.º 63, Lisboa, 1984, p. 55-70.

(2) A. MIL-HOMENS, "Evolução da estrutura do emprego em Portugal após 1974", *Economia e Socialismo*, Nova Série, N.º 63, Lisboa, 1984, p. 17-32.

então cerca de 1.900 mil pessoas, o que dá aproximadamente 2,4 activos por exploração, 0,4 activos por ha de superfície agro-florestal e 0,6 activos por ha de superfície agrícola.

Em primeiro lugar é de reter a grande disparidade dos números dos recenseamentos de 1981 e 1979: em 1981 apenas foram computados como activos na agricultura, em sentido lato, 1/3 dos que em 1979 declararam trabalhar no sector. Considerando apenas a população masculina, os valores cifram-se em 410.644 e em cerca de 1 milhão, numa relação de 1/2,5: como, em 1979, 424.802 pessoas dos agregados domésticos dos produtores individuais trabalhavam a tempo completo nas respectivas explorações e 216.825 dedicavam-lhes entre 75% e 100% do seu tempo de actividade, parece poder concluir-se que o recenseamento demográfico abrangeu apenas as primeiras, a mão-de-obra permanente não familiar e uma parte da restante; não foram por certo considerados activos agrícolas 650.935 membros dos agregados domésticos dos produtores que laboravam nas suas explorações a menos de 75% do seu tempo de actividade e que não exerciam qualquer outra actividade fora das mesmas, sendo 218.999 homens (33,6%).

Isto levanta a questão da definição da actividade agrícola dentro das empresas familiares, nomeadamente nas de carácter camponês. De facto, segundo o recenseamento demográfico, o cômputo da população residente activa a exercer uma profissão limitou-se aos indivíduos com 12 e mais anos de idade que na semana de referência (meados de Março) exerceram uma profissão (3) de forma remunerada (ou que não o fizeram por motivos passageiros), os familiares não remunerados que trabalharam pelo menos 15 horas numa exploração agrícola ou empresa de uma pessoa com quem coabitam e os patrões e indivíduos trabalhando por conta própria (4). Porém, quem na pequena agricultura familiar exerce a profissão agrícola é a família e não a pessoa. É a família — equipa de produção — que, de forma quase autónoma, assegura os diversos trabalhos, mais orientada para a reprodução do agregado doméstico e da exploração (autoconsumo e auto-abastecimento) do que para a sociedade, mas sem formação específica reconhecida. Não há ainda nítida separação, no trabalho da família, das funções de organizador e director da produção, de produtor, de vendedor, “nem marcada separação das actividades que constituem o trabalho agrícola em diversas especialidades profissionais horizontais, assim como numa hierarquia vertical de posições dentro dessas profissões” (5). Como nota B. GALESKI, “a exploração não é simplesmente uma empresa: também constitui uma unidade de economia doméstica. Assim, o processo de profissionalização no trabalho agrícola avança tanto através duma diminuição do âmbito das actividades de produ-

(3) “Profissão é o officio ou modalidade de trabalho, remunerado ou não, normalmente efectuado pelo recenseado” (apenas foi referida a profissão principal). *XII Recenseamento Geral da População, Antecedentes, Metodologia e Conceitos* (INE).

(4) Idem.

(5) BOGUSLAW GALESKI. *Sociologia del campesinado*, Ediciones Península, Barcelona, 1977, p. 87. HENRIQUE DE BARROS. *Os Grandes Sistemas de Organização da Economia Agrícola*, Sá da Costa Editora, Lisboa, 1982, p. 139-149.

ção agrícola da família como através duma diminuição do âmbito das suas actividades na economia doméstica. Com a extensão da divisão social geral do trabalho, as empresas industriais assumem uma série de actividades tradicionalmente levadas a cabo pela família camponesa (...). A família também perde a exclusividade de outras actividades económicas e educativas (...), embora este processo se não produza tão rapidamente como nas cidades e defronte uma série de resistências ligadas com a existência da exploração camponesa e a manutenção de uma norma de conduta familiar subordinada ao funcionamento da dita exploração (6).

A profissionalização dos membros das famílias agrícolas tende aliás a fazer-se em empresas e em ramos não agrícolas, que lhes possibilitam emprego regular do seu tempo potencial de actividade e lucros ou salários superiores aos benefícios monetários da exploração. É sintomático que parcela considerável da população agrícola familiar que labora nas suas explorações se concentre nas pequenas e muito pequenas empresas, onde as densidades agrícolas são particularmente elevadas, e ainda que 1/3 a 2/3 dos produtores as não trabalhem ou lhes dediquem menos de 50% do seu tempo de actividade e que muitos sejam pluriactivos (quadro I). Cabem-lhes também parcelas importantes da mão-de-obra permanente não familiar, o que indica que muitas são médias ou grandes em termos económicos (culturas especializadas e não mecanizadas; pecuária sustentada com rações, etc.) e outras pertencem a profissionais bem remunerados doutros sectores e assumem papéis para além dos produtivos (enquadramento paisagístico, ocupação recreativa, prestígio, imobilizações especulativas, etc).

QUADRO I

Explorações com terra agro-florestal	Mão-de- obra permanente não familiar (%) (1979)	População agrícola familiar que trabalha na exploração - 1979				Produtores individuais		
		%	por ha	por ha	não trabalham na expl. fam. %	dedicam- -lhes <50% do tempo de act. %	pluri- -activos %	
			agro- -florestal	agrico- -la				
< 1	9,4	41,0	4,16	5,03	8,6	54,0	51,2	
1-3	14,9	33,6	1,41	1,84	6,3	40,8	42,8	
3-5	8,5	10,7	0,67	0,89	5,5	32,1	35,5	
5-10	10,9	8,5	0,38	0,50	5,6	27,2	30,4	
10-20	10,9	3,5	0,18	0,25	6,9	25,1	26,9	
20-50	11,6	1,5	0,07	0,10	8,2	23,7	24,5	
50-100	6,4	0,4	0,03	0,04	10,5	21,4	20,6	
> 100	26,5	0,4	0,00	0,01	10,4	19,0	15,5	

(6) Idem, p. 88.

2. REPARTIÇÃO REGIONAL DA POPULAÇÃO ACTIVA NA AGRICULTURA

Quer se considere a informação do recenseamento demográfico de 1981 quer a do recenseamento agrícola de 1979, verifica-se uma forte concentração da população activa agrícola no Norte e Centro atlânticos (quadro II): 56,9% da população agrícola familiar que trabalha nas suas explorações e 40,4% da mão-de-obra permanente não familiar nos distritos de Viana do Castelo, Braga, Porto, Aveiro, Coimbra, Vila Real e Viseu (que concentram 51,7% das explorações, 21,8% da superfície agro-florestal e 17,5% da superfície agrícola), em 1979; 52,2% da população residente activa na agricultura, pecuária e produção florestal em 1981. Inversamente, os distritos do Sul (Portalegre, Évora, Beja e Setúbal) concentram 6,5% da primeira e 13,2% da de 1981, mas 23,5% da mão-de-obra permanente não familiar e os membros das unidades colectivas de produção criadas pela reforma agrária, três dezenas de milhar, em 1979 (distritos com 8% das explorações, 45,6% da superfície agro-florestal e 35% da superfície agrícola).

Quando traduzimos a população residente activa na agricultura, em 1981, em percentagem da população agrícola familiar que em 1979 trabalha nas suas explorações (quadro II), os valores mais baixos observam-se naqueles primeiros distritos e nos de Castelo Branco, Faro, Guarda, Leiria e Santarém, de forte implantação da agricultura familiar, e os mais altos nos do Sul, de grandes unidades de produção patronais e colectivas, onde foram normalmente computados os trabalhadores por conta doutrem e os membros das unidades colectivas e cooperativas de produção, mais conscientes da sua profissão e mais rigorosos nas suas declarações.

Com algumas excepções, os distritos do Norte e Centro atlânticos apresentavam as menores taxas de masculinidade da população agrícola familiar que trabalhava nas suas explorações em 1979 e da população residente a exercer a profissão agrícola em 1981, e os do Sul as maiores: quando se confronta apenas a população masculina das duas rubricas, os valores afastam-se dos correspondentes ao total de homens e mulheres (para menos nos distritos de Aveiro e Viana do Castelo), mas mantêm-se próximos nos de Braga, Coimbra, Porto e Viseu, onde é grande (e tradicional) a mobilização da força de trabalho feminina, em parte não considerada em termos profissionais.

As diferenças das duas contagens são, pois, claramente mais acentuadas a norte do Tejo e no Algarve que no Alentejo. Na figura 1 traduzimos, por concelhos, a população residente activa na agricultura em 1981 em percentagem das somas da população agrícola familiar que trabalhava nas próprias explorações e dos trabalhadores permanentes das cooperativas de produção e UCP's em 1979 (somas por defeito no Norte e por excesso no Sul): os valores mais baixos observam-se nos concelhos de Marinha Grande (3,5%), Castanheira de Pera (5,9%), Penela (7%), Sardoal (8,1%), Lousã (8,8%), Vila Nova da Barquinha (10,9%), Penacova (12,1%), Vila Velha de Ródão e Tomar (13,6%), Arganil (14%), Vila Nova de Gaia (14,1%), Vila Nova de Famalicão e Coimbra (14,3%)... ou seja, concelhos de pequena agricultura familiar e forte recrutamento secundário da sua população rural e agrícola.

QUADRO II

DISTRITOS	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
Aveiro	9,3	7,1	4,9	27,6	41,6	46,3	24,9	18,3
Beja	1,9	3,9	6,2	74,0	83,0	60,5	101,5	41,5
Braga	9,1	7,6	8,9	30,4	51,8	48,1	32,7	18,4
Bragança	4,0	4,5	2,0	40,7	81,8	55,0	60,6	51,3
C. Branco	4,6	3,9	2,7	30,8	69,9	51,4	41,9	31,7
Coimbra	8,2	5,9	4,0	26,0	49,1	47,4	27,0	23,8
Évora	1,2	3,6	4,5	113,3	69,9	58,5	135,4	34,2
Faro	3,6	3,4	4,2	34,4	78,7	54,7	49,5	18,7
Guarda	4,7	4,7	2,4	36,8	68,1	51,4	48,8	43,6
Leiria	7,9	6,1	4,3	27,8	64,3	51,0	35,0	25,1
Lisboa	4,4	5,3	8,4	42,9	79,2	58,7	57,8	3,9
Portalegre	1,6	2,7	4,7	59,0	77,5	55,6	82,1	35,4
Porto	7,9	6,4	7,9	29,1	54,2	46,9	33,6	6,7
Santarém	7,4	6,7	12,1	33,1	62,7	51,8	40,0	26,3
Setúbal	1,8	3,0	8,1	58,4	64,2	55,9	67,0	7,5
V. Castelo	6,3	6,6	2,9	37,9	36,5	42,0	32,9	45,0
V. Real	5,9	7,0	4,4	42,6	73,4	53,0	59,1	52,6
Viscu	10,2	11,6	7,4	41,7	56,3	49,4	47,6	49,9
<i>Continente</i>	100,0	100,0	100,0	36,2	61,8	47,6	44,5	18,1

I — População agrícola familiar que trabalha na exploração, em 1979; II — População residente activa na agricultura, em 1981; III — Mfo de obra permanente não familiar, em 1979; IV — População residente activa na agricultura em 1981, em percentagem da população familiar da exploração em 1979; V — População activa agrícola masculina, em 1981; VI — População agrícola familiar masculina que trabalha na exploração, em 1979; VII — Homens activos agrícolas em 1981, em percentagem de homens da população agrícola familiar que trabalha na exploração, em 1979; VIII — População activa agrícola em percentagem da população activa, em 1981.

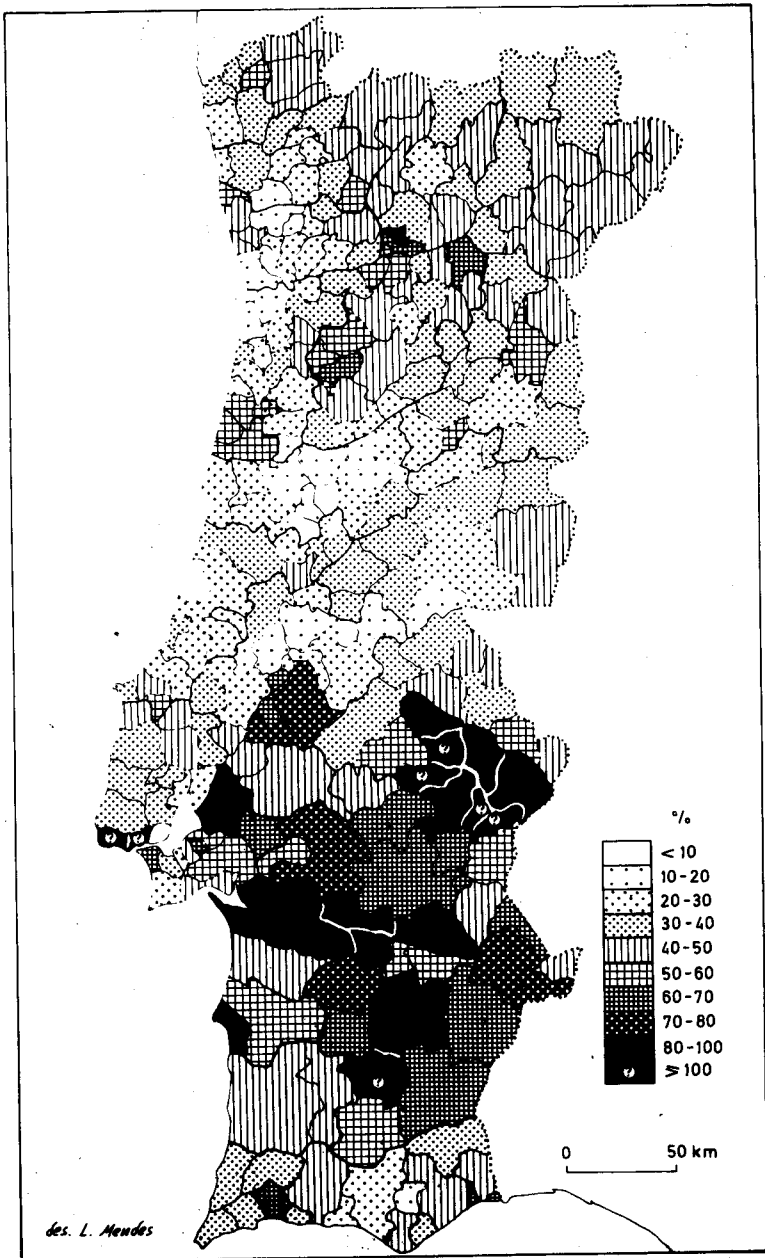


Fig. 1 — População activa agrícola (1981), em percentagem da população agrícola familiar que trabalha nas suas próprias explorações e dos trabalhadores permanentes das cooperativas e unidades colectivas de produção (1979).

No quadro III retivemos os valores correspondentes aos concelhos da zona de intervenção da reforma agrária: nas colunas A verifica-se que o cômputo de 1981 cobre percentagens elevadas da população activa avaliada para 1979 e nalguns casos ultrapassa-a (Castro Verde, Borba, Vila Viçosa, Fronteira e Sousel), sugerindo a existência dum proletariado agrícola sem terra, nem mesmo arrendada; nas colunas B, em que se inclui para 1979 a mão-de-obra permanente não familiar, os valores percentuais descem, nomeadamente os muitos altos, indicando que mesmo nas áreas de agricultura não familiar existem muitas famílias com as suas pequenas explorações trabalhadas por alguns membros desocupados, ou nos tempos livres dos seus horários de trabalho, que não foram considerados em 1981 como exercendo a profissão agrícola.

Os contrastes na distribuição espacial da população que trabalha na agricultura são pois bastante acentuados, qualquer que seja a fonte da informação. Podemos precisá-los pela relação entre superfícies agro-florestais e agrícolas e população activa agrícola (figs. 2 e 3). Foram consideradas as superfícies recenseadas em 1979 e os activos agrícolas de 1981, pelo que os valores obtidos são bastante optimistas: nos dois casos evidencia-se claramente a oposição entre o Norte e o Sul e, sobretudo no último, além desta, as do litoral e do interior da Zona Norte. Assim, enquanto no Sul a relação é no geral de mais de 20 ha de superfície agro-florestal, ou de mais de 10 ha e até de 15 ha de superfície agrícola por activo, os valores descem a menos de 10 ha de superfície agro-florestal no Nordeste, a menos de 5 ha na Beira Interior e por todo o litoral até Lisboa e a menos de 3 ha de superfície agrícola por activo por todo o Norte Atlântico, onde em muitos concelhos, com certa continuidade espacial do Minho ao Mondego, a relação é inferior a 1.

As menores disponibilidades de superfície agrícola por activo verificavam-se nos concelhos de Sever do Vouga e Vale de Cambra (0,5 ha), Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Oliveira de Frades e Pampilhosa da Serra (0,6 ha), Caminha, Melgaço, Monção, Mondim de Basto, S. Pedro do Sul e Vouzela (0,7 ha); e as maiores, nos de Castro Verde (52,3 ha), Mértola (48,2 ha), Aljustrel (39,4 ha), Mourão (33,4 ha) e Ourique (32,8 ha).

Quanto à superfície agro-florestal, os valores mais baixos observavam-se nos concelhos de Vagos (1 ha), Póvoa de Varzim (1,1 ha), Arcos de Valdevez (1,2 ha), Melgaço, Vieira do Minho, Vila Verde e Resende (1,3 ha), Baião, Castro Daire e Oliveira de Frades (1,4 ha); por sua vez, os mais altos alcançavam 62 ha em Castro Verde, 58,3 ha na Marinha Grande (vastos pinhais), 54,9 ha em Mértola e cerca de 40 ha em Barrancos, Alcácer do Sal, Sines, Aljustrel, Ourique e Mourão.

As diferenças mais significativas dos dois valores — superfície agro-florestal e superfície agrícola — sublinham, pois, os concelhos do Sul, com vastas extensões de montado, pinhal e eucaliptal, e concelhos do Norte e Centro largamente cobertos de pinhal (areias litorais; encostas montanhosas).

As áreas de relação homem/terra mais forte não são, todavia, necessariamente aquelas em que a agricultura tem maior significado em termos de emprego masculino (fig. 4) e feminino (fig. 5): em 1981, o emprego agrícola alcançava percentagens elevadas no Norte Interior e no Sul, desde a periferia da Cordilheira Central ao Algarve

QUADRO III

População activa agrícola de 1981 em percentagem de I e II I—População agrícola familiar que trabalha na exploração mais activos permanentes nas UCP's e cooperativas de produção em 1979; II—I mais mão de obra permanente não familiar (1)

BEJA			PORTALEGRE		
	I	II		I	II
Concelhos	A	B	Concelhos	A	B
Alter do Chão	91.2	62.0	Aljustrel	64.4	56.4
Arronches	59.0	49.8	Almodôvar	52.9	42.1
Avis	58.1	50.8	Alvito	97.9	86.7
C. Maior	46.3	42.2	Barrancos	44.1	41.1
C. Vide	44.7	42.2	Beja	80.7	66.1
Crato	45.8	39.3	C. Verde	106.6	82.6
Elvas	84.5	66.4	Cuba	59.5	56.0
Fronteira	103.3	81.9	Ferreira do Alentejo	73.0	65.5
Gavião	21.9	21.6	Mértola	65.1	56.2
Marvão	48.9	47.1	Moura	74.7	62.9
Monforte	94.1	65.3	Odemira	49.5	46.2
Nisa	35.0	32.6	Ourique	48.4	45.4
Ponte de Sôr	35.2	32.7	Serpa	65.7	59.5
Portalegre	37.9	36.4	Vidigueira	50.7	44.1
Sousel	132.2	110.2			
ÉVORA	I	II	SANTARÉM	I	II
Concelhos	A	B	Concelhos	A	B
Alandroal	59.5	56.4	Abrantes	21.4	20.2
Arraiolos	67.5	61.0	Almeirim	76.9	66.0
Borba	114.3	94.2	Alpiarça	68.2	56.7
Estremoz	84.2	71.8	Benavente	82.8	54.8
Évora	68.4	61.2	Chamusca	77.4	65.0
Montemor	71.7	66.0	Coruche	56.0	50.6
Mora	48.8	44.6	Salvaterra Magos	48.5	44.8
Mourão	67.2	54.0			
Portel	86.8	78.6	SETÚBAL	I	II
Redondo	68.6	58.9	Concelhos	A	B
Reguengos M.	45.3	41.0	Alcácer do Sal	97.9	59.2
V. Novas	54.6	49.5	Grândola	42.0	37.1
Viana do Alentejo	85.0	76.0	Montijo	62.6	54.3
Vila Viçosa	110.4	76.1	Palmela	56.1	48.3
			Santiago do Cacém	53.7	48.9
			Sines	83.8	62.3

(1) Risco reduzido de ter sido incluída na população agrícola familiar que trabalha na própria exploração, ao contrário dos concelhos do centro, Noroeste e Nordeste. B—Valores bastante mais modestos do que os da coluna A, embora ainda superiores aos de outras regiões do país.

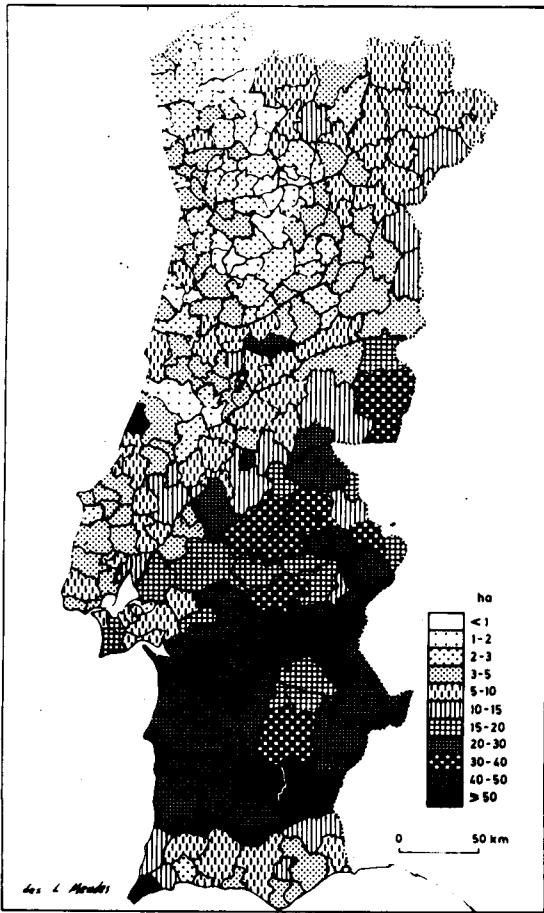


Fig. 2— Superfície agro-florestal (1979) por activo agrícola (1981).

Litoral, além da zona vitícola do Oeste (7); o emprego agrícola feminino marcava as estruturas dos activos naquelas regiões e acentuava-se no Alto Minho, na Beira Litoral, por todo o distrito de Viseu e na região Centro, da costa à Cordilheira Central. Em termos mais gerais e por distritos, as percentagens de activos agrícolas dos dois sexos no conjunto dos activos eram particularmente baixas nos de Lisboa, Porto e Setúbal, mas elevavam-se bastante nos de Viseu, Bragança e Vila Real (quadro II).

(7) Coimbra, Leiria, Castelo Branco, Guarda, Santarém, Viseu e Setúbal destacavam-se pela importância do emprego na silvicultura e exploração florestal, quando traduzido em percentagem da população que laborava na agricultura e pecuária: respectivamente, 3,3%, 2,7%, 1,7%, 1,5%, 1,3%, 1,2% e 1,1%, em 1981.

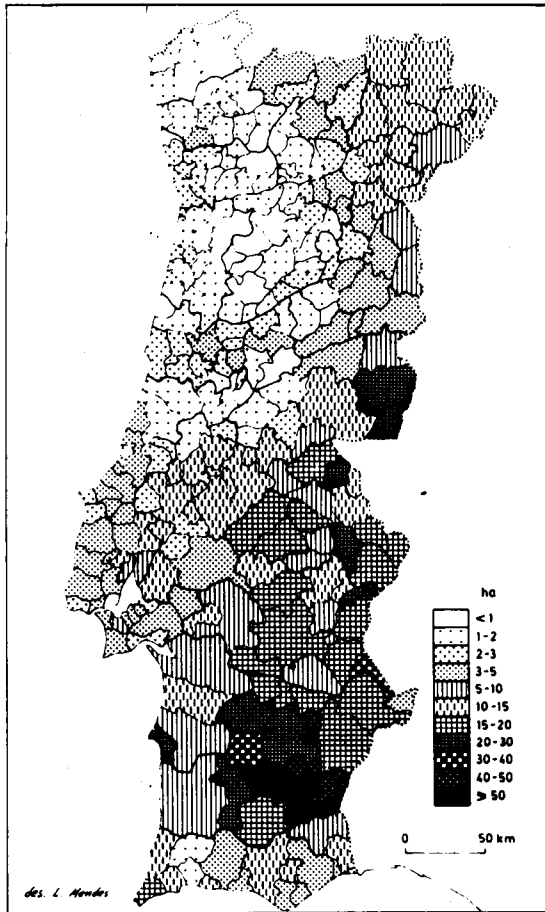


Fig. 3 — Superfície agrícola (1979) por activo agrícola (1981).

3. SITUAÇÃO PROFISSIONAL DOS ACTIVOS AGRÍCOLAS

A estrutura agrária portuguesa é dominada pela pequena exploração familiar. Os produtores individuais autónomos ⁽⁸⁾ dispunham, em 1979, de 92,5% do número de explorações, com 45,9% da área total, sendo 72,1% por conta própria. Por sua vez, 57,5% das explorações, com 22% da área, eram trabalhadas exclusivamente pelo agregado doméstico do produtor, e em 35%, com 23,9% da área, aquele assegurava a maior parte dos trabalhos agrícolas: as explorações de natureza familiar controla-

(8) "Pessoa singular que utiliza normal e principalmente a sua actividade ou a de pessoas do seu agregado doméstico, não utilizando trabalho assalariado, ou quando o fizer, este seja de duração inferior à do trabalho do agregado doméstico" (INE).

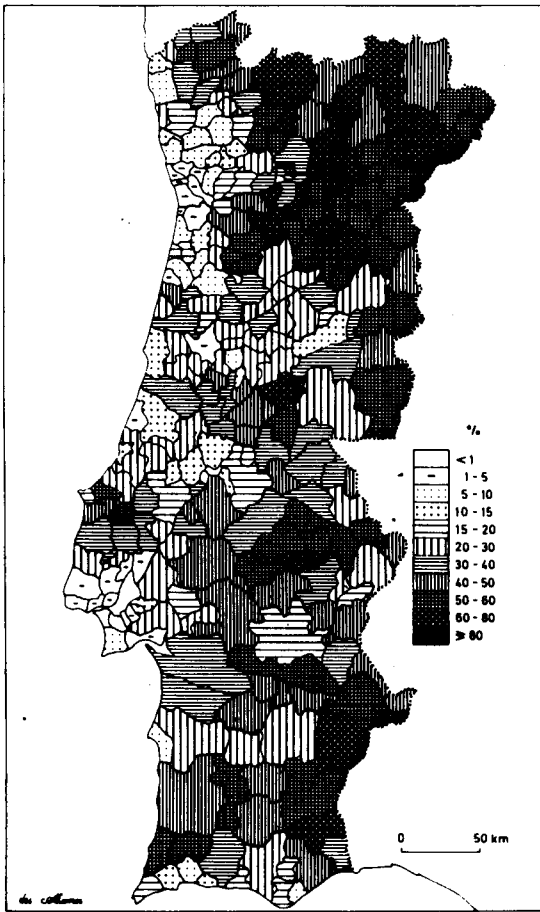


Fig. 4—População activa agrícola masculina, em percentagem da população activa masculina total (1981).

vam, pois, 92,5% do número e 45,9% da área total. Por distritos, pelo número das do primeiro tipo (fig. 6A) destacam-se os de Faro, Aveiro, Évora, Setúbal, Castelo Branco, Santarém e Beja; e pelas dos dois tipos, Aveiro, Viana do Castelo, Leiria, Castelo Branco, Faro, Coimbra... em oposição a Évora, Vila Real, Bragança e Portalegre. Em termos de área (fig. 6B), as exclusivamente trabalhadas pela família controlavam mais de 40% nos distritos de Faro, Aveiro, Viana do Castelo, Porto e Guarda (ordem decrescente), menos de 30% nos de Évora, Portalegre, Setúbal, Viseu, Beja e Castelo Branco (ordem crescente). Em conjunto com as trabalhadas predominantemente pela família, ultrapassavam 80% das áreas nos de Viana do Castelo, Aveiro, Coimbra, Leiria, Braga e Porto, mas bastante menos nos de Évora, Portalegre, Setúbal e Santarém.

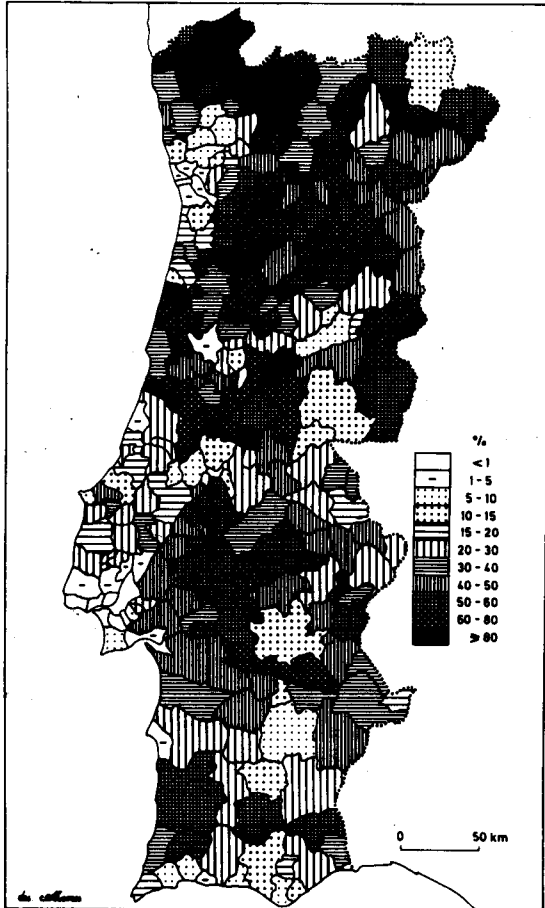


Fig. 5—População activa agrícola feminina, em percentagem da população activa feminina total (1981).

O carácter mais ou menos familiar das explorações varia com a sua dimensão (fig. 7): diminuição das pequenas e muito pequenas para as médias e grandes, mais acentuada no número do que na área. Note-se que o reduzido número das de dimensão superior a 20 ha nos distritos no Noroeste torna as percentagens correspondentes pouco significativas e que, no Alentejo, uma exploração de 20 ha de sequeiro e de cultura extensiva é um verdadeiro minifúndio.

Por concelhos, e retendo apenas o número de explorações (fig. 8), o carácter fortemente familiar tanto sobressai na fachada atlântica do Minho ao Algarve como ao longo do vale do Tejo e na Beira Baixa e Alentejo (seareiros do tomate): os menores valores observam-se nalguns da Ribeira do Minho, ao longo do vale do Douro, no distrito de Viseu, prolongando-se pelo de Coimbra, na área vitícola da Estremadura, no interior do Alto Alentejo e nos do distrito de Beja.

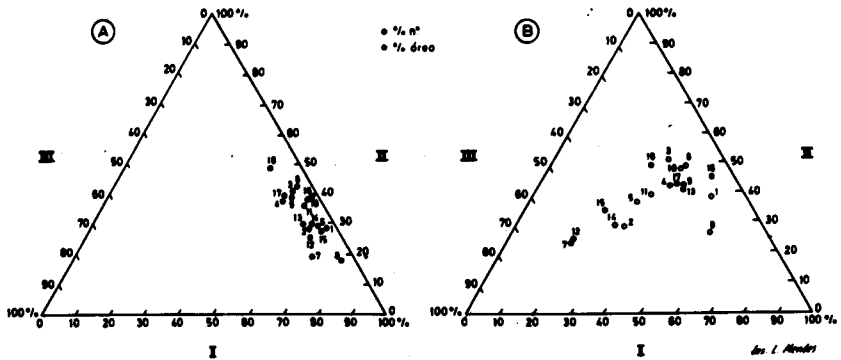


Fig. 6— Explorações agrícolas segundo o tipo de mão-de-obra utilizada; I, totalidade dos trabalhos agrícolas feita pelo agregado doméstico do produtor; II, maior parte dos trabalhos agrícolas feita pelo agregado doméstico do produtor; III, maior parte ou a totalidade dos trabalhos agrícolas feita por pessoal remunerado. 1, Aveiro; 2, Beja; 3, Braga; 4, Bragança; 5, Castelo Branco; 6, Coimbra; 7, Évora; 8, Faro; 9, Guarda; 10, Leiria; 11, Lisboa; 12, Portalegre; 13, Porto; 14, Santarém; 15, Setúbal; 16, Viana do Castelo; 17, Vila Real; 18, Viseu. (1979).

Paralelamente, segundo o recenseamento da população de 1981, os trabalhadores por conta própria e os trabalhadores familiares não remunerados somavam 61,3% (quadro IV), destacando-se nos distritos de Viana do Castelo, Aveiro, Coimbra, Guarda, Porto, Braga, Leiria, Viseu e Bragança, em oposição aos de Évora, Portalegre, Setúbal, Beja e Santarém. Inversamente, Évora, Portalegre, Beja, Setúbal, Santarém e Lisboa sobressaíam pelos trabalhadores por conta doutrem (latifúndios e grandes empresas capitalistas) e Évora, Setúbal e Portalegre pelos membros das cooperativas de produção e das UCP's.

Por concelhos, a população activa agrícola por conta própria (fig. 9) afirmava-se, em 1981, no Norte e Centro do país — com excepção do vale do Douro e de concelhos isolados, como Macedo de Cavaleiros, Arganil ou Marinha Grande —, no sul da Estremadura (incluindo a península de Setúbal), na serra de Portalegre, no sul e sudoeste do Alentejo e no Algarve; por sua vez, os trabalhadores familiares não remunerados (fig. 10) pesavam significativamente nas estruturas do Noroeste (incluindo o distrito de Aveiro e parte do de Viseu) e no extremo Nordeste.

Inversamente, os trabalhadores por conta doutrem (fig. 11) sobressaíam por todo o Alentejo e Ribatejo, prolongando-se pela região metropolitana de Lisboa e mesmo pelo Algarve, embora com menor intensidade, bem como no vale do Douro e de certo modo também na região de Vila do Conde-Braga e na que se estende de Coimbra a Pedrógão Grande e a Gouveia: grandes e médias empresas agrícolas modernas no Ribatejo e na Estremadura; outras tradicionais, por todo o Alentejo e no Algarve de sequeiro; algumas modernas, especializadas mas muito intensivas no uso do solo no Algarve Litoral; empresas vinícolas ou com plantações arbóreas no vale do Douro; empresas vinícolas, frutícolas, pecuárias e florestais nas outras áreas. Os trabalhos na floresta, principalmente por conta doutrem, elevavam as percenta-

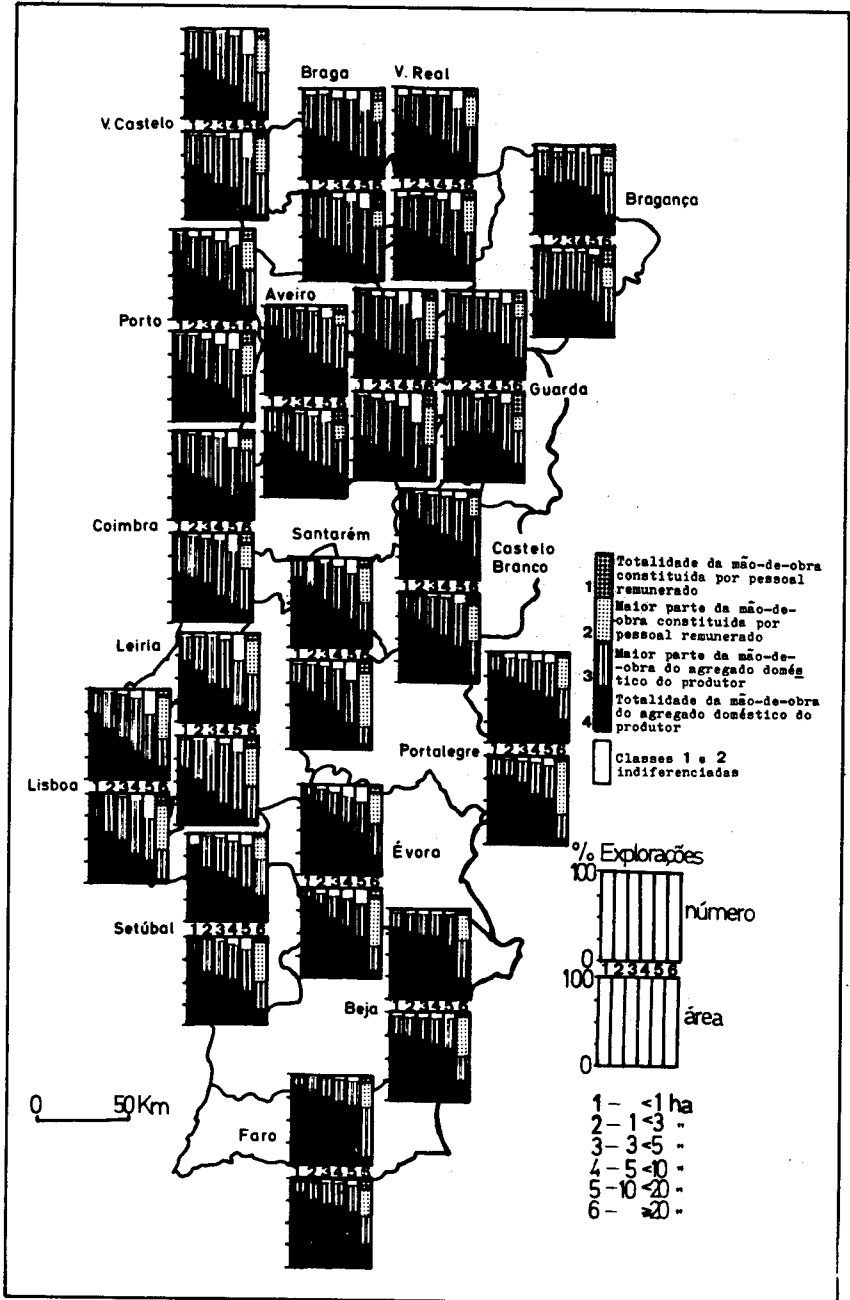


Fig. 7 — Dimensão das explorações e tipo de mão-de-obra utilizada, por distritos (1979).

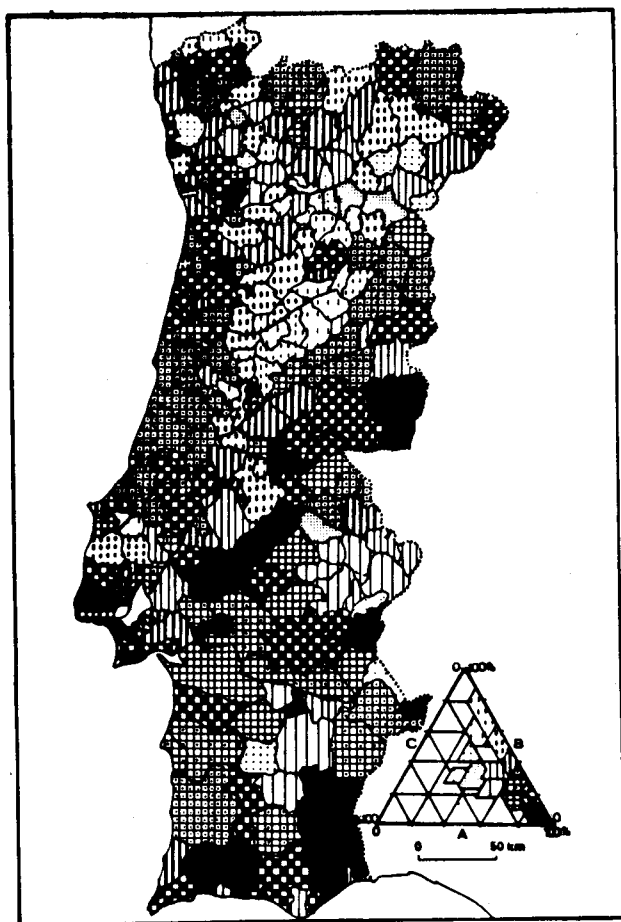


Fig. 8 — Explorações (percentagem do número), segundo o tipo de mão-de-obra utilizada (1979); A, totalidade dos trabalhos agrícolas feita pelo agregado doméstico do produtor; B, maior parte dos trabalhos agrícolas feita pelo agregado doméstico do produtor; C, maior parte ou a totalidade dos trabalhos agrícolas feita pelo pessoal remunerado.

gens correspondentes em certos concelhos do Noroeste e do Centro, nomeadamente no de Marinha Grande. Muitos são recrutados apenas sazonalmente: vindimas, apanha dos frutos, extracção da cortiça, corte de madeiras, etc. (9).

A distribuição espacial dos diferentes grupos é em parte influenciada pela sua composição por sexos. As taxas de masculinidade são bastante diversas (quadro V):

(9) Os membros das cooperativas de produção apenas têm incidência no Sul, com excepção do Algarve, quase não incluído na Zona de Intervenção da Reforma Agrária.

QUADRO IV

Situação profissional da população activa agrícola (HM), em 1981, em percentagem

DISTRITOS	Patrões	Trabalhadores por conta-própria	Trabalhadores familiares não remunerados	Trabalhadores por conta doutrem	Membros de cooperativas de produção e UCP's
Aveiro	0,5	65,0	14,7	19,5	0,2
Beja	2,0	32,0	3,7	59,6	2,6
Braga	0,9	47,4	21,9	29,6	0,1
Bragança	0,7	52,5	14,9	31,6	0,2
C. Branco	1,0	52,7	7,4	38,4	0,3
Coimbra	0,4	66,3	7,9	25,1	0,2
Évora	2,3	14,8	1,0	66,6	15,1
Faro	1,5	55,6	4,7	37,7	0,3
Guarda	0,6	61,7	10,2	27,1	0,1
Leiria	0,9	63,1	5,9	29,9	0,2
Lisboa	3,2	40,4	2,7	53,3	0,3
Portalegre	2,5	25,6	2,6	64,8	4,3
Porto	1,5	50,7	20,8	26,6	0,2
Santarém	1,7	35,6	5,1	56,3	1,1
Setúbal	2,3	32,1	2,4	56,9	6,2
V. do Castelo	0,8	54,4	27,7	17,0	0,0
Vila Real	0,8	46,5	14,2	38,3	0,1
Viseu	0,7	54,7	13,6	30,8	0,1
<i>Continente</i>	1,2	49,6	11,7	36,3	1,2

elevadas na mão-de-obra permanente não familiar, excepto nos distritos de Aveiro e Viana do Castelo, e também no de Beja; muito elevadas entre os patrões, mas menos nos distritos de Viana do Castelo, Braga e Aveiro; elevadas ou muito elevadas nos trabalhadores por conta própria, salvo nos de Viana do Castelo, Aveiro, Coimbra, Viseu e Braga (por ordem crescente); fracas ou muito fracas nos trabalhadores familiares não remunerados, designadamente nos de Aveiro, Viana do Castelo e Coimbra (também por ordem crescente), e ainda nos de Portalegre e Santarém; fortes nos de Beja, Bragança, Lisboa, Vila Real e Castelo Branco, em oposição aos de Viana do Castelo e Aveiro; médias ou fortes entre os membros das cooperativas de produção, designadamente entre os permanentes, já que a participação de eventuais é bastante fraca nos distritos onde têm maior expressão. Deste modo, os trabalhadores familiares não remunerados do sexo feminino estão melhor representados no Norte e Centro do país do que os dos dois sexos, e inversamente quanto aos trabalhadores por conta doutrem.

Os valores de 1981 estão contudo influenciados, como vimos atrás, pelos critérios seguidos na definição da população activa agrícola: de facto, os patrões e os trabalhadores por conta própria representam apenas 43,3% dos produtores indivi-

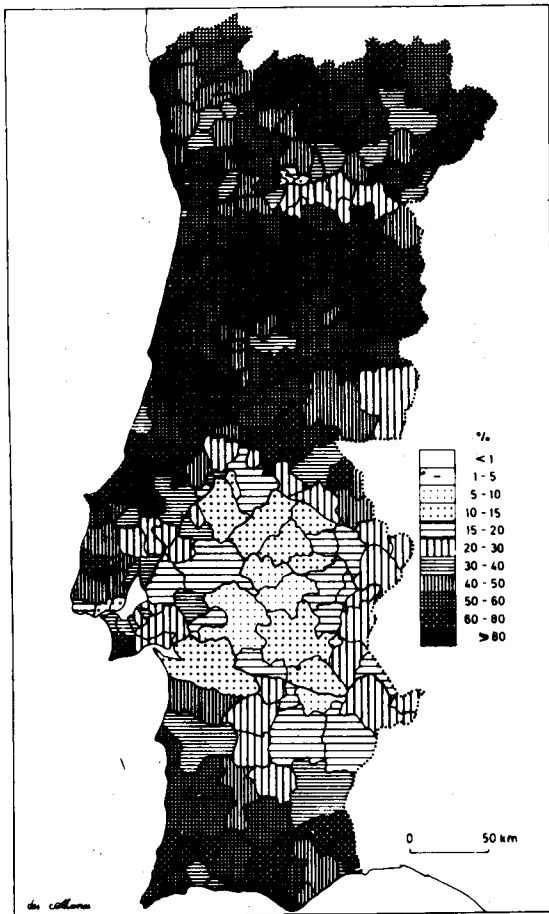


Fig. 9 — População residente activa a exercer a profissão agrícola por conta própria, em percentagem (1981).

duais inquiridos em 1979, e os trabalhadores familiares não remunerados 7,3% dos membros das famílias agrícolas que trabalham nas suas explorações, sem inclusão dos produtores; as percentagens são de 31,1% e 12,1%, respectivamente; quando consideramos apenas os do sexo masculino. Os “défices” diferem segundo os distritos (quadro VI): a cobertura é maior nos de Viana do Castelo, Vila Real, Guarda e Viseu, e nos de Bragança, Vila Real, Beja e Guarda quando se consideram apenas os homens; poucos trabalhadores familiares não remunerados foram computados em 1981, pois numa forma geral a contagem das mulheres foi menos cuidada do que a dos elementos masculinos.

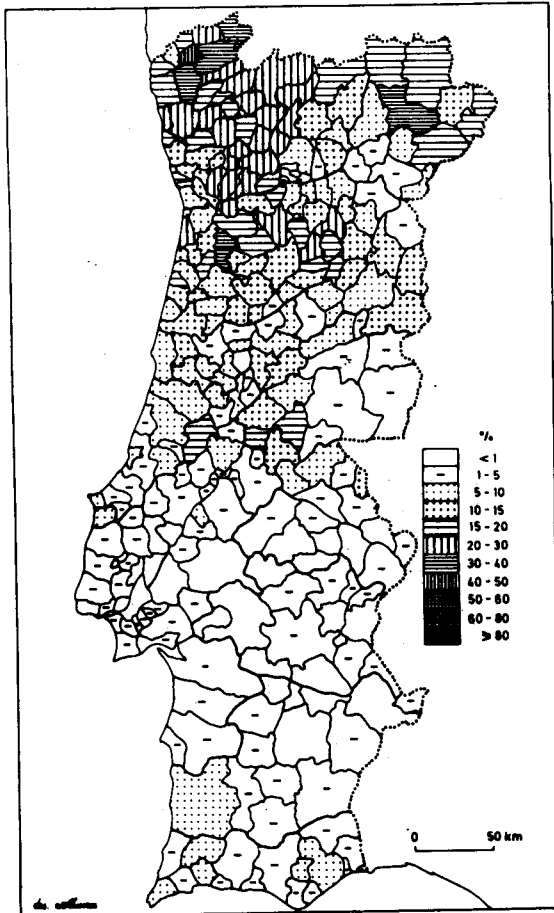


Fig. 10 — População residente activa a exercer a profissão agrícola como trabalhador familiar não remunerado, em percentagem (1981).

4. SUBEMPREGO AGRÍCOLA

Uma parte considerável da população que trabalha na agricultura, no quadro das explorações familiares e também no das patronais, dedica-lhes apenas uma parcela do seu tempo de actividade, porque as explorações são pequenas (recorde-se a forte relação homem/terra) e pela própria natureza da actividade agrícola, subordinada aos ritmos biológicos e climáticos.

Em 1979, a população agrícola familiar que trabalhava as suas explorações reservava-lhes, de facto, parcelas no geral pequenas do seu tempo de actividade, principalmente nas explorações de menor área (quadro VII): 56,6% laboravam

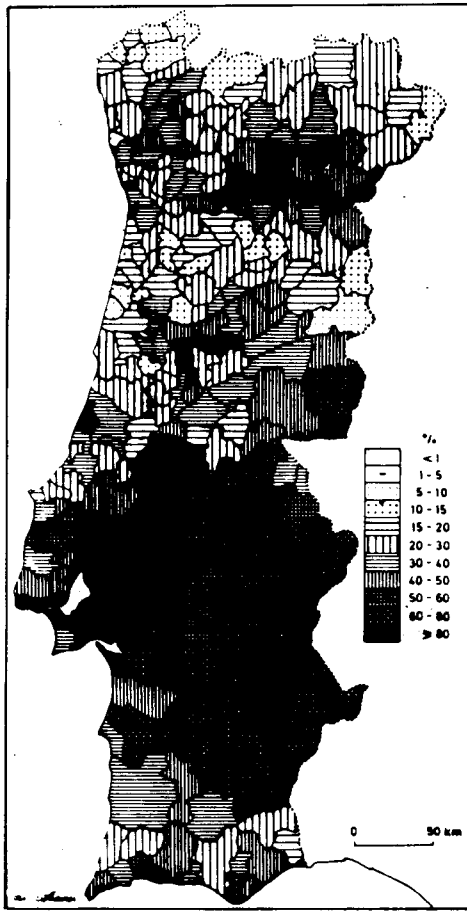


Fig. 11 — População residente activa a exercer a profissão agrícola como trabalhador por conta doutrem, em percentagem (1981).

menos de 50% do seu tempo nas de menos de 1 ha, 46,4% nas de 1-3 ha e 47,1% nas de 3-5 ha, mas 38,2% nas de 20-50 ha, 34,5% nas de 50-100 ha e 31,7% nas de 100 e mais hectares. É também nas muito pequenas que o número dos membros masculinos dos agregados familiares que as não trabalham é maior: as percentagens decrescem até 10 ha, mas aumentam em seguida, alcançando de novo valores altos nas superiores a 100 ha (absentismo dos ricos). No que concerne aos elementos femininos, verifica-se que nas pequenas e médias explorações (até 10 ha) cerca de 1/5 não as trabalham, mas quase 1/3 nas de 10-20 ha e bastante mais de metade nas de 100 e mais hectares: há, pois, maior mobilização do trabalho feminino nas pequenas e muito pequenas, e inversamente nas explorações grandes e muito grandes.

QUADRO V

Taxas de masculinidade, em percentagem

DISTRITOS	Mão-de-obra permanente não familiar		Trabalhadores eventuais ⁽¹⁾	Patrões	Trabalhadores por conta-própria	Trabalhadores familiares não remun.	Trabalhadores por conta doutrem	Membros das cooperativas de produção e UCP's			
	1979	1979	1979	1981	1981	1981	1981	1981	1979	1979	1979 ⁽¹⁾
Aveiro	33,0	32,8	73,6	45,4	19,9	45,0	46,2	—	—	—	—
Beja	84,0	34,7	94,6	82,9	51,6	84,3	93,4	91,7	91,7	9,3	—
Braga	50,2	43,5	70,6	57,7	38,7	51,5	60,8	—	—	—	—
Bragança	74,6	62,1	95,0	86,5	59,6	84,4	77,7	—	—	—	—
C. Branco	78,2	56,1	91,1	67,9	43,2	74,5	88,5	87,5	87,5	19,7	—
Coimbra	62,6	50,9	93,1	45,8	26,0	64,3	73,7	—	—	—	—
Évora	77,4	26,5	85,6	81,7	45,2	67,3	69,6	62,2	62,2	7,3	—
Faro	72,7	44,2	89,3	85,9	40,7	72,8	91,5	—	—	—	—
Guarda	68,2	56,5	78,7	68,7	53,3	73,2	50,0	—	—	—	—
Leiria	70,6	59,0	80,4	64,1	39,6	66,7	80,3	—	—	—	—
Lisboa	77,7	58,5	86,7	82,1	67,0	77,3	83,0	51,9	51,9	64,5	—
Portalegre	80,9	44,1	89,0	79,1	27,7	78,7	75,2	68,2	68,2	24,8	—
Porto	60,1	48,7	81,8	60,1	36,4	55,8	69,3	—	—	—	—
Santarém	70,9	37,9	86,6	65,4	24,7	63,7	69,3	52,7	52,7	21,8	—
Setúbal	59,6	37,8	87,3	72,7	33,9	60,5	58,2	52,3	52,3	15,5	—
V. do Castelo	30,9	31,8	50,6	42,3	22,6	39,7	71,4	—	—	—	—
Vila Real	74,1	66,1	86,6	74,8	61,6	76,0	75,9	—	—	—	—
Viseu	67,7	61,7	83,7	53,9	40,9	69,4	71,0	—	—	—	—
<i>Continente</i>	66,5	48,6	83,9	62,2	37,8	67,9	70,8	67,4	67,4	14,2	—

(1) % do número de jornas.

QUADRO VI

DISTRITOS	I	II	III	IV
Aveiro	47,5	6,3	25,7	5,7
Beja	48,9	5,6	43,5	11,3
Braga	44,6	9,9	31,3	12,3
Bragança	46,7	11,3	46,2	25,1
C. Branco	36,1	4,1	27,8	9,2
Coimbra	37,8	3,8	20,1	7,1
Évora	35,1	2,5	31,3	5,7
Faro	39,8	3,2	38,4	6,0
Guarda	51,3	6,8	40,9	15,6
Leiria	39,8	3,0	28,2	6,2
Lisboa	37,8	2,3	32,8	6,5
Portalegre	33,2	3,1	28,5	4,7
Porto	40,7	9,6	30,2	13,4
Santarém	25,5	3,2	18,7	5,1
Setúbal	41,2	2,7	32,0	3,5
V. do Castelo	58,3	16,4	33,1	15,7
V. Real	50,7	10,1	44,7	19,5
Viseu	57,3	9,5	36,2	15,3
<i>Continente</i>	43,3	7,3	31,1	12,1

I — Patrões e trabalhadores por conta própria em 1981, em percentagem dos produtores individuais em 1979; II — Trabalhadores familiares não remunerados em 1981, em percentagem dos membros das famílias agrícolas que trabalham nas explorações (sem os produtores individuais), 1979. III — Idem I (homens); IV — Idem II (homens).

As situações diferem espacialmente, como revela a análise por distritos. Dos membros dos agregados familiares que trabalham nas suas explorações (quadro VIII) muitos fazem-no em menos de 25% do tempo de actividade, sobretudo nos de Évora, Santarém, Vila Real, Bragança, Faro e Beja, de sistemas pouco intensivos; e outros em menos de 50%, designadamente ainda nos de Vila Real, Bragança, Santarém, Évora e Faro, sempre no seguimento de minifúndios pouco intensivos. Por sua vez, as maiores percentagens de dedicação a tempo completo às explorações familiares observam-se nos distritos de Aveiro, Porto, Coimbra e Braga; as de dedicação em mais de 75% do tempo, nos de Porto, Viana do Castelo, Aveiro e Braga, de agricultura muito intensiva e regada (hortas, vinha) e de unidades familiares agro-pecuárias, com algumas cabeças de bovinos leiteiros. Bragança, Vila Real e Guarda destacam-se pela pequena frequência do tempo completo: explorações pequenas, de cultivos pouco intensivos e sem bovinos leiteiros. Vila Real e Bragança, seguidos de longe por Guarda, Santarém, Faro e Évora, sobressaem igualmente pelas fracas percentagens dos que dedicam mais de 75% do tempo de actividade às explorações da família.

O tempo de trabalho nas suas explorações varia segundo o sexo (quadro IX). Ao nível do Continente, 24,4% das mulheres dedicam-lhes menos de 25%, contra 33,5% dos homens, e 24,3% trabalham-nas a tempo completo, mas apenas 22,1% dos

QUADRO VII

População agrícola familiar que trabalha nas suas explorações, segundo o tempo de actividade, em percentagem

Classes de área agro-florestal (ha)	Tempo de actividade (%)				Tempo completo	Pessoas do agregado doméstico sem activi- dade na exploração (%)	
	< 25	25-50	50-75	75 a 100		Homens	Mulheres
< 1	34,4	22,2	14,9	10,3	18,2	28,8	25,5
1-3	26,7	19,7	16,2	12,9	24,5	22,3	23,5
3-5	23,7	23,4	16,6	13,3	34,5	20,0	24,1
5-10	22,8	18,2	17,0	13,0	29,0	19,4	26,1
10-20	22,1	17,8	16,3	12,7	31,1	19,8	30,7
20-50	22,0	16,2	14,9	11,8	35,1	21,2	38,3
50-100	21,0	13,5	13,3	10,8	41,4	22,6	45,2
≥ 100	19,5	12,2	10,9	8,5	48,9	25,4	58,3

homens. As percentagens de forte participação das mulheres no trabalho da exploração são particularmente elevadas nos distritos de Aveiro, Porto, Coimbra e Braga, com 40-50% a tempo completo, e nestes e no de Viana do Castelo, onde mais de 50% lhes dedicam mais de 75% do seu tempo de actividade, sempre em relação com a agricultura intensiva e regada, a vinha e a criação de bovinos leiteiros; os valores mais baixos observam-se nos de Vila Real e Bragança, de minifúndios pouco intensivos, no de Faro, de grandes contrastes entre sequeiro da serra (cerealífero e florestal) e do Baixo Algarve (plantações de amendoeiras, alfarrobeiras, figueiras e oliveiras) e entre sequeiro e regadio, com hortas, estufas e pomares de frutas frescas. No que concerne aos membros da família do sexo masculino, cerca de 1/3 ou mais nos distritos de Aveiro, Braga, Coimbra, Faro, Guarda, Porto, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu reserva-lhes menos de 25% do seu tempo de actividade, tal como nos distritos de Évora, Beja e Santarém, de explorações de seareiros do tomate e do melão, culturas que requerem muito trabalho feminino. Quanto aos que laboram a tempo completo nas suas explorações, destacam-se os distritos de Braga e Porto, por um lado, e de Bragança e Vila Real por outro (falta de outras oportunidades); considerando os que lhes dedicam mais de 75% do seu tempo de actividade, as posições tendem a misturar-se, pois as maiores percentagens observam-se nos de Beja, Setúbal, Portalegre, Faro e Évora, mas também nos de Porto, Bragança, Viana do Castelo e Viseu e ainda nos de Lisboa, Leiria e Castelo Branco, onde são muito diversas as oportunidades de emprego fora da exploração.

QUADRO VIII

Membros do agregado familiar do produtor (inclusive) que trabalham
nas suas explorações (%), segundo a % do tempo de
trabalho que lhes dedicam (1979)

DISTRITOS	Tempo de actividade da mão-de-obra permanente não familiar (1979) (%)					Tempo completo				
	<25	25 a <50	50 a <75	75 a <100	completo					
Aveiro	24,3	16,6	12,5	8,5	38,1	18,9	12,5	12,3	23,2	33,1
Beja	37,0	16,9	13,7	9,2	23,2	5,6	3,5	2,6	3,4	84,9
Braga	25,6	16,5	12,9	14,4	30,6	19,8	19,9	12,3	8,6	39,4
Bragança	37,9	27,6	18,0	7,9	8,6	16,8	10,1	8,5	8,7	55,9
C. Branco	24,7	20,8	19,7	9,6	25,2	12,3	13,7	4,1	3,8	66,1
Coimbra	26,6	18,7	13,5	9,5	31,7	41,1	10,3	6,5	4,4	37,7
Évora	42,7	18,7	11,9	4,1	22,6	14,8	7,3	4,4	5,0	68,5
Faro	37,6	22,7	15,6	8,4	15,7	9,3	6,3	5,7	4,7	74,0
Guarda	32,5	23,7	20,4	12,6	10,8	30,7	14,8	8,4	7,1	39,0
Leiria	25,6	23,8	17,6	11,3	21,7	27,0	21,5	9,4	5,0	37,1
Lisboa	32,8	22,5	15,8	6,5	22,4	9,4	8,5	7,8	5,4	68,9
Portalegre	31,9	23,4	13,8	6,4	24,5	14,4	7,3	2,1	1,7	74,5
Porto	24,0	16,4	12,6	10,4	36,6	26,8	13,9	9,4	10,4	39,5
Santarém	38,6	23,1	14,4	7,3	16,6	12,1	6,9	7,2	5,1	68,7
Setúbal	28,7	23,9	15,6	6,6	25,2	7,4	5,7	3,8	4,1	79,0
V. do Castelo	20,7	15,1	17,5	27,8	18,9	21,7	18,7	14,2	17,9	27,5
Vila Real	38,4	28,7	19,0	8,5	5,4	26,4	7,2	8,1	16,2	42,1
Viseu	26,3	18,7	18,0	20,0	17,0	29,6	13,3	8,8	10,8	37,5
<i>Continente</i>	29,0	20,3	15,7	11,8	23,1	17,9	10,7	7,6	7,7	56,1

QUADRO IX

Membros femininos do agregado doméstico do produtor
que trabalham nas suas explorações, segundo a percentagem
do tempo de trabalho que lhes dedicam

Idem, masculinos

DISTRITOS	Tempo completo					Tempo completo				
	<25%	25-50%	50-75%	75-100%	Tempo completo	<25%	25-50%	50-75%	75-100%	Tempo completo
Aveiro	14,2	11,8	12,7	12,0	49,3	36,0	22,1	12,2	4,5	25,2
Beja	40,3	19,0	14,6	8,6	17,6	34,8	15,6	13,1	9,7	26,8
Braga	18,8	14,1	15,3	21,0	30,8	32,9	19,1	10,4	7,3	30,3
Bragança	47,9	32,3	13,1	3,0	3,7	29,6	23,8	22,0	12,0	12,6
C. Branco	21,0	19,1	21,2	10,0	28,7	28,2	22,5	18,2	9,2	21,9
Coimbra	16,6	16,3	14,7	12,5	39,9	37,6	21,3	12,2	6,3	22,7
Évora	45,3	20,8	12,2	4,2	17,7	40,9	17,2	11,7	4,0	26,2
Faro	42,5	25,0	17,9	6,6	8,0	33,5	20,8	13,8	9,8	22,0
Guarda	32,5	25,5	22,3	11,6	8,1	32,6	22,0	18,6	13,4	13,4
Leiria	20,4	22,7	21,1	15,0	20,8	30,6	24,8	14,3	7,8	22,5
Lisboa	36,9	24,9	16,4	6,0	15,8	29,9	20,9	15,4	6,8	27,0
Portalegre	35,1	22,1	14,2	7,5	21,1	29,4	24,4	13,5	5,5	27,2
Porto	16,5	13,8	14,8	14,3	40,6	32,4	19,4	10,1	6,1	32,0
Santarém	36,0	22,2	15,2	8,4	18,2	41,0	24,1	13,6	6,3	15,0
Setúbal	28,5	22,6	16,8	7,6	24,5	28,9	25,0	14,6	5,8	25,7
V. do Castelo	12,4	11,9	20,9	39,3	15,5	32,2	19,5	12,7	11,9	23,6
Vila Real	41,4	33,8	18,5	3,5	2,8	35,7	24,1	19,6	13,0	7,6
Viseu	20,4	17,0	20,0	28,1	14,5	32,5	20,6	15,8	11,5	19,6
Continente	24,4	19,1	17,1	15,1	24,3	33,5	21,6	14,3	8,5	22,1

Não podemos explicar os reduzidos tempos de actividade na exploração pelo desempenho de outras actividades. Dos membros dos agregados domésticos dos produtores que não trabalham fora da exploração uma parte também não participa no trabalho da exploração, sobretudo nos distritos de Beja, Évora, Bragança e Setúbal (quadro X), e poucos o fazem a tempo completo: mais de 30% em Aveiro, no Porto, em Coimbra e em Braga, mas somente 5,2% em Vila Real e 7,9% em Bragança.

A subocupação observa-se, de igual modo, na mão-de-obra permanente não familiar (quadro VIII), nomeadamente nos distritos de Braga, Coimbra, Guarda, Leiria, Porto, Viana do Castelo e Viseu, com elevadas percentagens dos que laboram menos de 50% do seu tempo (caseiros?). Além disso, se considerarmos o tempo completo de trabalho na agricultura de 45 horas semanais, verifica-se que uma parte da população que em Março de 1981 foi considerada como activa na agricultura e pecuária não se lhe dedicava totalmente: poucos trabalharam menos de 15 horas, alguns de 15 a 35 horas, principalmente nos distritos de Guarda, Bragança, Castelo Branco, Leiria, Lisboa, Vila Real e Viseu, muitos outros de 35 a 45 horas, sobretudo nos de Santarém, Setúbal e Faro; a maioria contudo trabalhou na semana de referência mais de 45 horas, relevando-se os distritos de Porto, Aveiro, Braga, Coimbra, Viana do Castelo, Viseu, Leiria e Lisboa, todos do Noroeste e do Centro Litoral, secundados pelos de Portalegre, Évora e Beja, ou seja, distritos de pequena e média agricultura patronal e de grande agricultura empresarial e colectiva.

QUADRO X

População agrícola familiar (HM): percentagem que não trabalha fora da exploração, segundo o tempo de actividade na exploração

DISTRITOS	Sem actividade					Tempo completo
	na exploração	<25%	25-50%	50-75%	75-100%	
Aveiro	23,0	9,9	7,5	8,2	8,3	43,1
Beja	35,4	18,3	9,2	8,1	6,2	22,8
Braga	20,2	12,7	9,5	10,3	13,9	33,4
Bragança	31,6	25,1	17,7	11,5	6,2	7,9
C. Branco	22,5	13,6	12,2	14,2	7,9	29,6
Coimbra	26,4	11,5	10,2	9,4	8,5	34,0
Évora	34,0	20,7	10,1	7,0	3,2	25,0
Faro	24,7	24,0	15,2	12,5	7,1	16,5
Guarda	23,5	20,0	16,5	17,0	11,7	11,3
Leiria	26,4	12,7	13,7	13,3	10,0	23,9
Lisboa	34,2	17,2	11,7	8,6	4,3	24,0
Portalegre	28,8	18,0	12,4	9,3	5,3	26,2
Porto	27,8	9,4	8,6	9,3	9,4	35,5
Santarém	31,3	20,6	13,0	9,7	6,3	19,1
Setúbal	31,0	14,2	11,1	8,9	5,0	29,8
V. do Castelo	17,5	11,9	9,9	14,3	27,3	19,1
Vila Real	23,9	23,5	20,5	15,2	7,6	5,2
Viseu	25,5	14,6	10,7	11,8	16,6	16,3
<i>Continente</i>	25,8	15,3	11,9	11,4	10,8	24,8

O subemprego na agricultura, detectado a partir do tempo de trabalho dos que a praticam, não significa porém, necessariamente, existência de excedentes de população potencialmente activa cuja partida não comprometa os níveis de produção: muitas tarefas não são ainda mecanizáveis; os calendários agrícolas compreendem máximos e mínimos de trabalho sazonais, tanto mais acentuados quanto se reduz a diversidade policultural, quanto a técnica moderna substitui os homens nos trabalhos mais penosos (máquinas; produtos químicos, na cava ou na monda), e quando um certo tipo de tarefas são transferidas para fora do sector (produção e reparação de alfaías; transformação e venda das colheitas). Sabemos, no entanto, que uma parcela significativa da população que trabalha os campos portugueses se dedica simultaneamente a outras actividades, a tempo parcial e a tempo completo, e que uma parcela igualmente importante das famílias agrícolas apenas trabalha fora das explorações: com efeito, as pessoas dos agregados domésticos agrícolas pluriactivas somavam 576 mil (quase 4/5 do sexo masculino) e as activas que não ajudavam as famílias no trabalho das suas explorações 176 mil (cerca de 2/3 do sexo masculino) (10).

5. ESTRUTURAS ETÁRIAS

Nos últimos decénios, os campos portugueses conheceram importante êxodo, para as regiões urbanas do país e do estrangeiro, nomeadamente da Europa ocidental: nele participaram sobretudo os adultos e os adultos jovens, isoladamente ou em agregados familiares restritos, o que contribuiu para o envelhecimento demográfico das áreas de partida. Desde os meados dos anos 70 verificaram-se movimentos inversos, pelo retorno de alguns emigrantes e de cidadãos reformados (figs. 12 e 13), o que acentuou o envelhecimento, e pela fixação de desalojados das ex-colónias, que teve efeito contrário nas estruturas etárias, reforçado aliás pela redução das partidas perante a falta de oportunidades de emprego nas tradicionais regiões de destino: no entanto, a população activa agrícola continuou a decrescer e a registar perdas anuais de 2 a 5%, segundo o Inquérito Permanente ao Emprego (fig. 14).

Identificando a estrutura etária da população dos campos com a da população agrícola familiar (quadro XI), verificamos que 32,8% tem menos de 20 anos e 13,4% mais de 65 anos (34% e 13,1% para a masculina e 31,6% e 13,7% para a feminina), e que 47,9% tem menos de 35 anos e 26,5% mais de 55 anos (49,5% e 26,2% entre a masculina e 46,2% e 26,7% entre a feminina). A par da reduzida proporção dos jovens e do forte peso dos idosos, evidencia-se o maior envelhecimento da população feminina, com menor proporção de gente jovem e maior da já muito velha, além de maior representação de adultos com mais de 55 anos. Assim, as taxas de masculini-

(10) CARMINDA CAVACO, "Minifúndio e pluriactividade na agricultura portuguesa", *Revista da Faculdade de Letras*, n.º 4, 5.ª série, Lisboa 1985, p. 13-36. e "A agricultura a tempo parcial como factor de estabilidade e de paz social, em Portugal", *Finisterra*, Revista Portuguesa de Geografia, n.º XX, 39, Lisboa, 1985, p. 47-107.

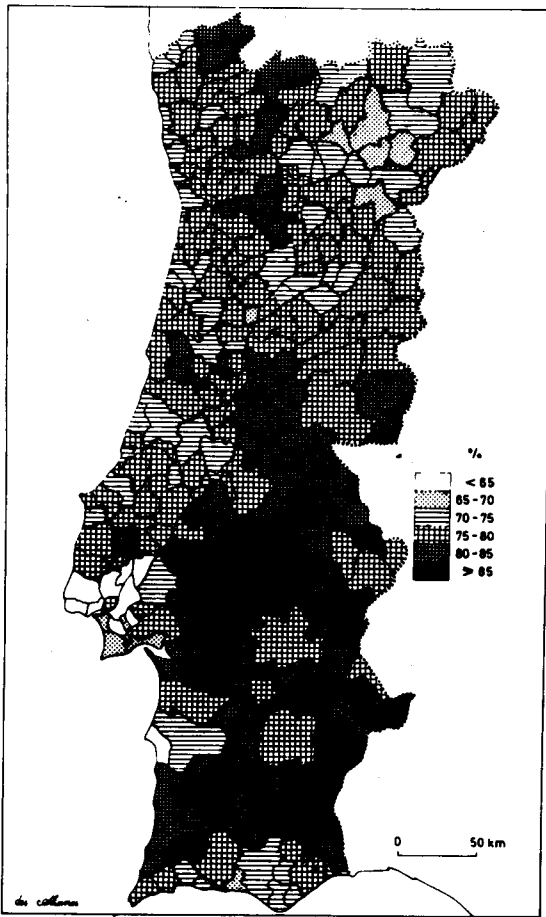


Fig. 12—População residente em 1981 que não mudou de concelho de residência entre 1973 e 1981, em percentagem.

dade são elevadas nas classes etárias de menos de 24 anos, principalmente na de 20-24 anos (mobilidade masculina condicionada pelo serviço militar), e baixas nas de 25 a 54 anos, sobretudo na de 35-44 anos (saídas de homens solteiros ou deixando a família na terra, pelo menos transitoriamente).

Mas as estruturas etárias diferenciam-se com as estruturas agrárias (quadro XII): maior juventude da população agrícola familiar nas explorações muito pequenas, diminuição até às de 100 ha e ligeira recuperação nas de 100 e mais ha; envelhecimento crescente das muito pequenas até às de 100 ha e forte atenuação nas mais vastas; maior juventude entre os elementos masculinos do que entre os femininos, em todas as classes de área, mas menor envelhecimento apenas nas inferiores a 1 ha, pelo que a população feminina é claramente mais adulta do que a masculina

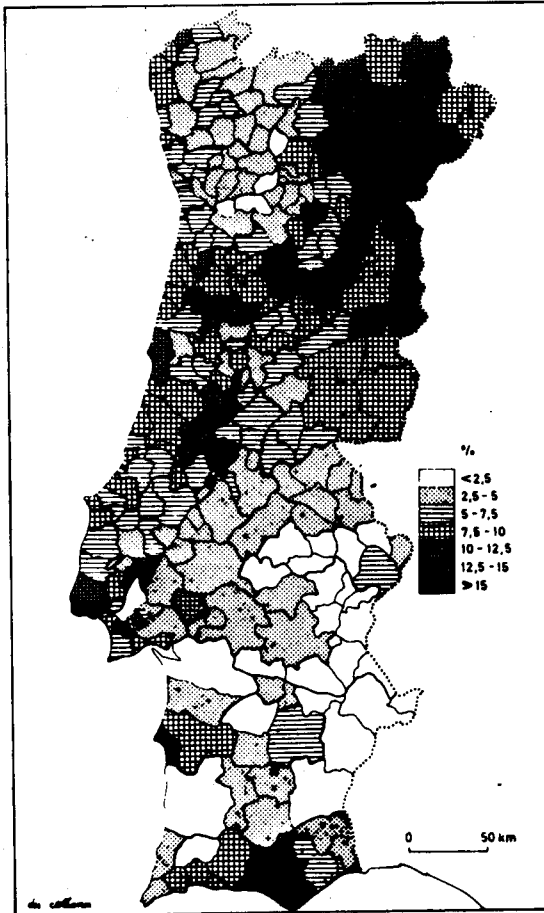


Fig. 13 — Imigrantes no concelho provenientes do estrangeiro, em percentagem da população residente em 1981.

(êxodo mais precoce e mais acentuado dos elementos femininos, com menores deveres para com a exploração familiar: taxas de masculinidade superiores a 50%, excepto nas de menos de 1 ha). A maior juventude da população familiar das muito pequenas explorações explica-se pelo seu carácter complementar de receitas e mesmo de empregos externos, agrícolas ou não agrícolas: agricultura a tempo parcial visando diferentes objectivos, da produção ao “recreio”. Das restantes, são as explorações superiores a 100 ha que retêm mais adultos e menos velhos, por certo pela sua viabilidade como empresas e pelo valor do seu património.

Por distritos, a população agrícola familiar com menos de 34 anos ultrapassa 50% nos de Porto, Braga, Leiria, Aveiro, Viana do Castelo e Viseu, mas desce a menos de 40% nos de Faro, Évora, Portalegre, Beja, Castelo Branco, etc., distritos

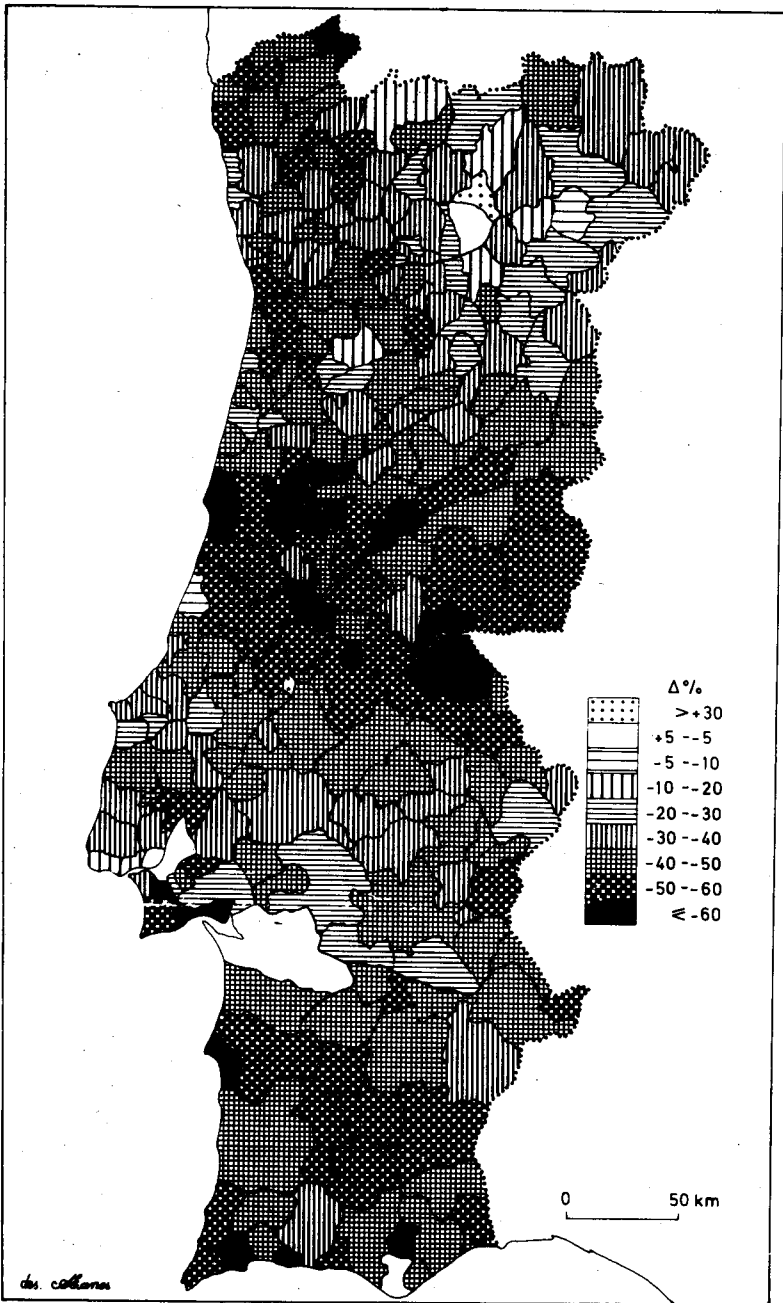


Fig. 14 — Variação, em percentagem, da população activa agrícola masculina, entre 1970 e 1981.

QUADRO XI

Estrutura etária e taxas de masculinidade da população agrícola familiar (%)

Idades (anos)	Homens e mulheres	Homens	Mulheres	Taxa de masculinidade
< 14	22,4	23,2	21,6	52,0
15-19	10,4	10,8	10,0	52,1
20-24	7,0	7,7	6,2	55,4
25-34	8,1	7,8	8,4	48,2
35-44	11,0	10,1	12,0	45,8
45-54	14,6	14,2	15,1	48,6
55-64	13,1	13,1	13,0	50,3
65-69	5,5	5,5	5,4	50,9
70-74	3,9	4,0	3,9	50,6
≥ 75	4,0	3,6	4,4	45,3

onde é aliás elevada a percentagem da com mais de 65 anos, enquanto os valores mais baixos se verificam nos de Porto, Braga, Leiria, Aveiro e Vila Real.

Ao nível concelhio (fig. 15), ressalta o envelhecimento de alguns concelhos do Alto Minho e do vale interior do Douro e todo o Portugal do Sul, desde o Mondego, a Cordilheira Central e a Beira Baixa: os valores mais altos da população com menos de 35 anos observam-se nos concelhos de Paredes, Póvoa do Varzim, Guimarães, Lousada, Paços de Ferreira, Barcelos, Esposende, Braga, Vila Nova de Famalicão, Felgueiras, Marco de Canavezes, Celorico de Basto e Mealhada; os mais baixos, nos de Idanha-a-Nova, Castanheira de Pera, São Brás de Alportel, Nisa, Vila do Bispo e Alter do Chão. Quanto à população de 65 e mais anos, as maiores percentagens ocorrem nos de Vila Velha de Ródão, Constância, Vila do Bispo, São Brás de Alportel, Idanha-a-Nova, Nisa, Campo Maior, Crato, Sabugal, Alcoutim, Albufeira e Olhão; e as menores, nos de Paredes, Póvoa do Varzim, Braga, Vila Nova de Famalicão, Paços de Ferreira, Lousada, Ílhavo, Guimarães, Esposende, Barcelos, Felgueiras, Penafiel, Feira, Batalha, Leiria, Monção, Viana do Castelo, Amareç, Santo Tirso, Espinho, Mealhada, Lourinhã e Benavente.

Os contrastes regionais das estruturas etárias dos campos reafirmam-se naturalmente entre a população activa agrícola. Na figura 16 desenhamos as pirâmides etárias das pessoas dos agregados domésticos dos produtores individuais que trabalham nas suas explorações. Distinguem-se os perfis dos distritos do Noroeste, incluindo Vila Real e Viseu; os do Centro Litoral (Coimbra e Leiria), que se assemelham aos de Bragança e Guarda pelas bases mas não pelos topos; os de Lisboa, Setúbal e Santarém pelo peso dos adultos de 35-54 anos e certo equilíbrio entre as classes mais jovens e mais velhas; os da Beira Baixa e Alentejo, com forte representação dos adultos e dos velhos; e, isoladamente, o de Faro, onde é máximo o envelhecimento da população activa agrícola familiar. De facto, a população de menos de 20 anos que trabalha nas explorações da família alcança valores superiores a 30% nos distri-

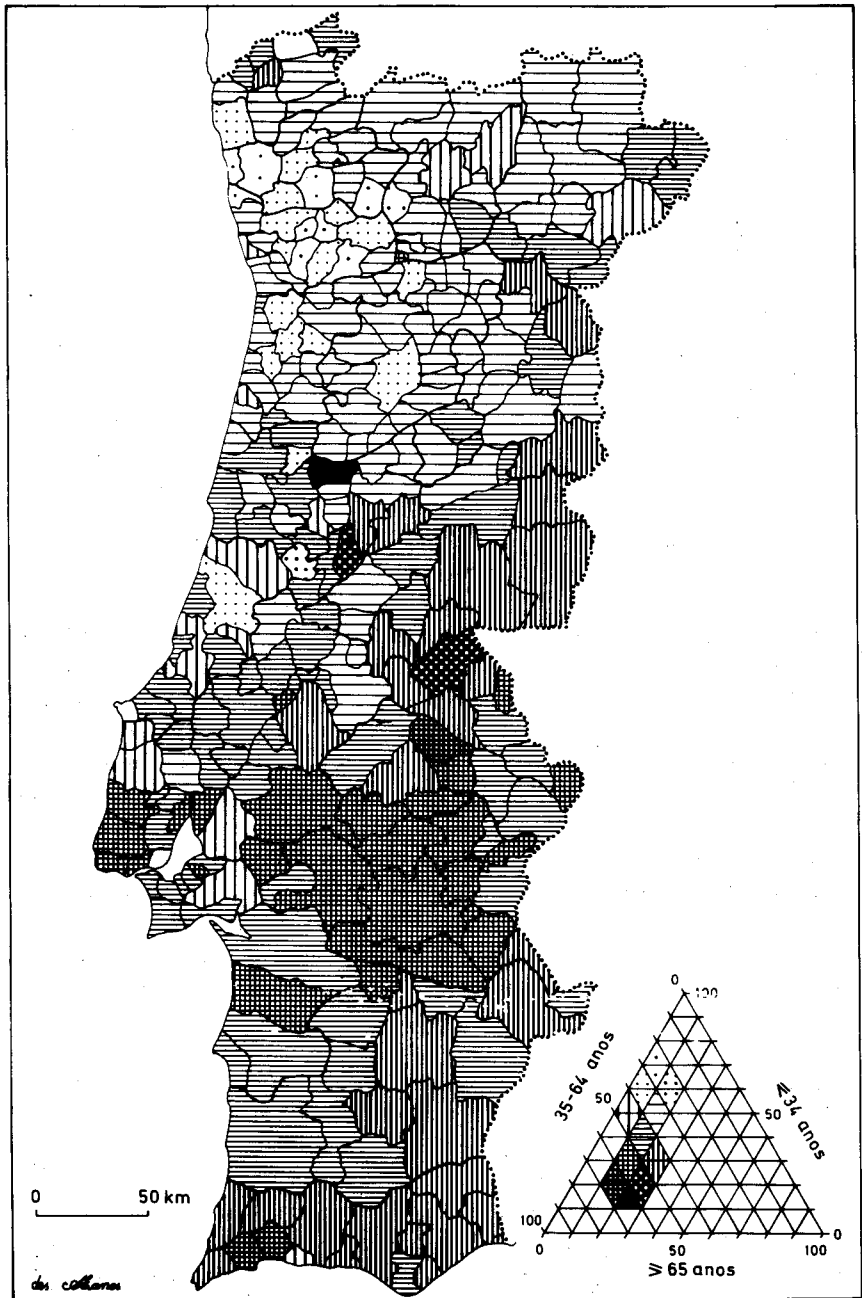


Fig. 15—Estruturas etárias de população agrícola familiar (1979).

QUADRO XII

Classes de área agro-forestal (ha)	Taxa de masculinidade	Estruturas etárias (%)											
		Homens e mulheres				Homens				Mulheres			
		<35	35-55	>55 anos	<35	35-55	>55 anos	<35	35-55	>55 anos	<35	35-55	>55 anos
<1	49,6	50,5	25,0	24,5	52,5	24,0	23,5	48,6	25,9	25,5			
1-3	50,2	46,6	25,7	27,7	48,0	24,2	27,8	45,2	27,3	27,5			
3-5	50,7	45,8	26,1	28,1	47,2	24,1	28,7	44,4	28,2	27,4			
5-10	51,1	45,1	26,5	28,4	46,6	24,4	29,0	43,5	28,7	27,8			
10-20	51,4	43,6	27,4	29,0	45,5	25,1	29,4	41,5	29,8	28,7			
20-50	51,6	41,6	28,7	29,7	43,6	26,3	30,1	39,4	31,2	29,4			
50-100	51,5	39,3	30,3	30,4	41,4	28,1	30,5	37,2	32,5	30,3			
>100	51,4	43,5	30,3	26,2	45,6	28,0	26,4	41,4	32,6	26,0			

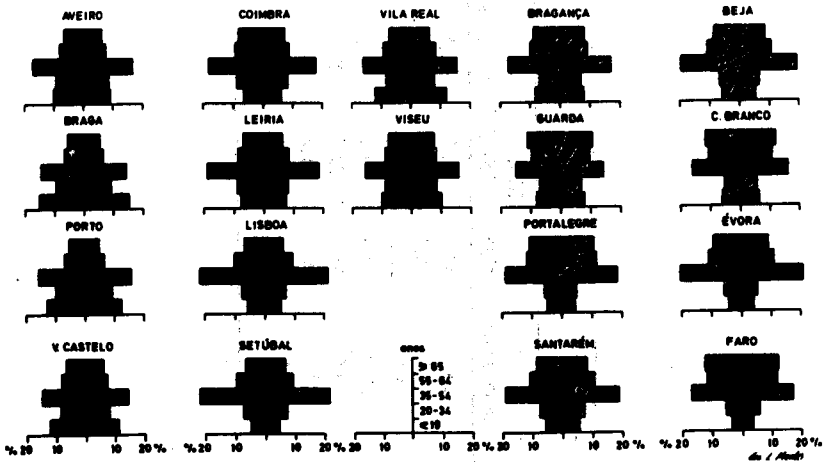


Fig. 16—Estruturas etárias das pessoas dos agregados domésticos dos produtores individuais que trabalham nas suas explorações (1979).

tos de Braga, Porto, Viana do Castelo e Vila Real, mas desce a menos de 10% nos de Faro, Évora, Setúbal e Portalegre; por sua vez, a de 65 e mais anos eleva-se sobretudo nos de Faro, Castelo Branco, Guarda, Portalegre, Évora e Beja, sempre por ordem decrescente.

Na figura 17 sintetizámos as posições dos distritos, considerando apenas três classes etárias: ≤ 34 anos; 35 a 54 anos; ≥ 55 anos. Como conjuntos evidenciam-se: Braga e Porto; Aveiro, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu; Coimbra, Leiria, Santarém e Beja; Lisboa e Setúbal; Bragança, Guarda e Castelo Branco; Portalegre, Évora e Faro. Na verdade, a população de menos de 34 anos alcança os maiores valores

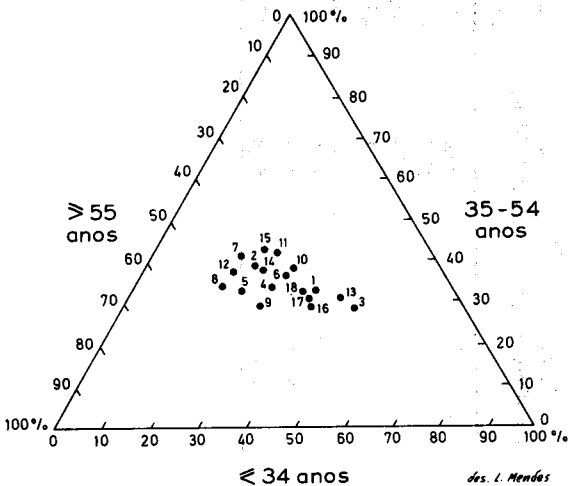


Fig. 17—Estruturas etárias das pessoas dos agregados domésticos dos produtores individuais que trabalham nas suas explorações (1979). 1, Aveiro; 2, Beja; 3, Braga; 4, Bragança; 5, C. Branco; 6, Coimbra; 7, Évora; 8, Faro; 9, Guarda; 10, Leiria; 11, Lisboa; 12, Portalegre; 13, Porto; 14, Santarém; 15, Setúbal; 16, V. do Castelo; 17, V. Real; 18, Viseu.

nos distritos de Braga, Porto, Viana do Castelo, Aveiro, Vila Real e Viseu e os menores em Faro, Évora e Portalegre. Por sua vez, a de 55 e mais anos atinge mais de 40% nos de Faro, Castelo Branco, Portalegre, Guarda e Évora, mas menos de 30% nos de Braga, Porto, Aveiro e Vila Real.

Em que medida tais estruturas traduzem as dos chefes de exploração? Conheçemos as idades dos produtores individuais inquiridos em 1979 (quadro XIII), que agrupámos em quatro classes — jovens (≤ 35 anos), adultos (35-49 anos), adultos velhos (50-64 anos) e velhos (≥ 65 anos) — tendo em conta que a afirmação como produtor na agricultura familiar se prende fortemente com o acesso à terra por doação (casamento) e herança (substituição de gerações), o que a retarda, que a amortização dos investimentos é quase sempre lenta, pelo que estes pouco motivam a geração de mais de 50 anos, e que os produtores individuais no geral só deixam de o ser por invalidez e morte, como é tradição, e porque as reformas que recebem não são consideradas suficientes, mesmo na pequena agricultura tradicional, que importa continuar pelo menos para o autoconsumo.

São raros os produtores de menos de 35 anos nos distritos de Faro, Portalegre, Castelo Branco, Évora, Beja, Bragança e Guarda, e, inversamente, nos de Coimbra, Porto, Aveiro, Leiria e Viseu; são numerosos os de 65 e mais anos nos distritos de Faro, Coimbra, Guarda, Castelo Branco, Portalegre e Bragança, sempre por ordem decrescente. O envelhecimento da agricultura familiar evidencia-se ainda mais

QUADRO XIII

Estrutura etária dos produtores individuais, em percentagem

DISTRITOS	<35	35-49	50-64	> 65 anos
Aveiro	11,2	31,3	36,8	20,7
Beja	5,9	28,0	39,6	26,5
Braga	8,7	31,3	37,6	22,4
Bragança	6,0	25,7	38,9	29,5
C. Branco	5,1	22,8	38,5	33,6
Coimbra	12,0	29,3	35,5	23,2
Évora	5,4	27,6	40,1	26,9
Faro	4,3	21,8	39,2	34,7
Guarda	6,2	22,1	38,1	33,6
Leiria	11,2	31,6	37,1	20,1
Lisboa	8,7	33,0	39,4	18,9
Portalegre	5,0	24,6	40,7	29,7
Porto	11,5	31,6	36,5	20,4
Santarém	8,3	28,5	39,0	24,2
Setúbal	8,2	31,5	39,5	20,8
V. do Castelo	6,8	27,9	38,5	26,8
Vila Real	7,7	28,2	40,2	23,9
Viseu	9,2	27,8	37,4	25,6
<i>Continente</i>	8,7	28,6	38,0	24,7

quando consideramos os produtores com 50 e mais anos: Faro, Castelo Branco, Guarda, Portalegre, Bragança, Évora etc., em oposição a Porto, Leiria, Aveiro e Lisboa. O enquadramento urbano, associado à dimensão das explorações, dinamiza os sistemas de produção, tornando-os mais lucrativos e menos penosos (mecanização) e por isso menos repulsivos, tal como as maiores oportunidades de pluriactividade e de plurirrendimento, condições que explicam tanto os valores verificados no de Lisboa como nos de Porto e Braga.

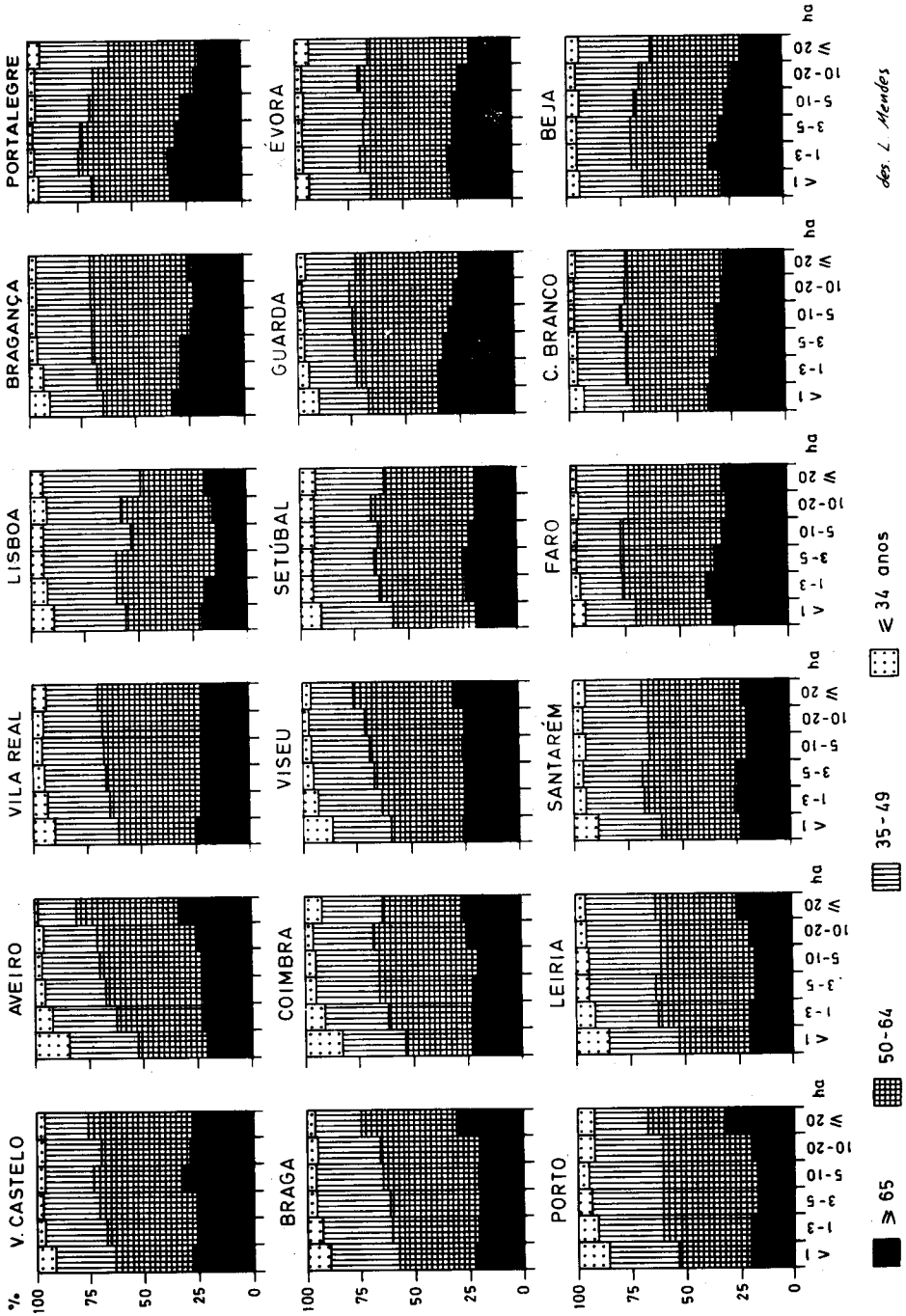
Importa, por tudo isto, conhecer as estruturas etárias dos produtores individuais, segundo a dimensão das explorações. No Continente (quadro XIV), estes são mais jovens nas de menos de 1 ha e nas superiores a 20 ha, mas sobretudo a 100 ha: as percentagens dos adultos velhos aumentam fortemente com a área até 5 ha, mas decrescem um pouco nas de mais de 20 ha; as dos idosos com 65 e mais anos são mais acentuadas nas pequenas e médias até 10 ha, menores nas de 10-50 ha e mais ainda nas superiores a 100 ha. Ou seja, as muito pequenas explorações pertencem em parte a produtores bastante jovens, muitos deles pluriactivos; as médias, e principalmente as grandes e muito grandes, a produtores adultos e adultos velhos mas não idosos, os quais a este nível têm fontes de rendimento que lhes permitem dispensar o da exploração directa da sua riqueza fundiária.

Por distritos (fig. 18), confirma-se como dado geral a maior juventude nas muito pequenas e pequenas explorações, nomeadamente por toda a fachada atlântica, a maior juventude de todas as classes de área consideradas no de Lisboa, seguido de perto por Setúbal, Leiria, Coimbra e Porto, fortemente urbanizados, e o grande envelhecimento dos produtores de todas as classes de área superior a 1 ha, do Nordeste ao Algarve: mais uma vez se evidencia a degradação etária da população agrícola algarvia, ao nível das de Castelo Branco e de Évora.

O envelhecimento das estruturas etárias dos campos do interior e do sul deve ser reavaliado à escala dos concelhos, tanto mais que é condição decisiva do desenvolvimento e progresso agrícola. Na figura 19 indicamos o peso relativo dos produtores

QUADRO XIV

Classes de área agro-florestal (ha)	Idades dos produtores individuais, em percentagem			
	< 35	35-49	50-64	≥ 65 anos
< 1	12,0	29,6	33,9	24,5
1-3	6,5	28,1	39,8	25,6
3-5	4,9	27,1	43,1	24,9
5-10	4,4	27,2	43,7	24,7
10-20	4,4	27,2	44,7	23,7
20-50	4,9	27,2	44,1	23,8
50-100	5,6	28,6	41,6	24,2
≥ 100	7,6	30,3	41,6	20,6



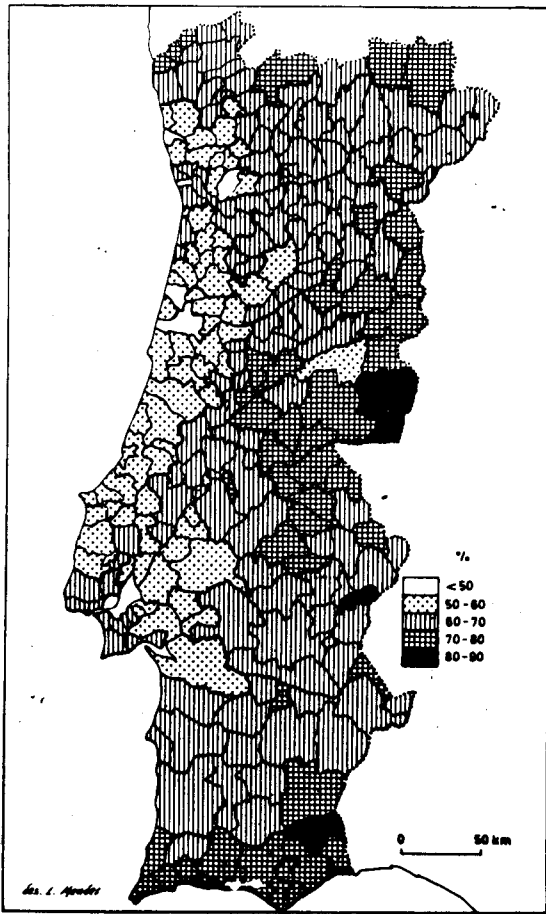


Fig. 19— Produtores individuais com 50 anos e mais, em percentagem (1979).

com 50 e mais anos: a fachada ocidental, de Esposende a Alcácer do Sal, com pequenas interrupções nos concelhos em torno do Porto e de Lisboa e penetrações mais ou menos acentuadas para o interior, contrasta com o restante território, do Alto Minho ao Algarve, que todavia também apresenta diferenciações internas, onde sobressai a periferia sudoeste da Cordilheira Central, a Beira Baixa, a maior parte do Alto Alentejo e todo o Algarve.

As áreas de agricultura mais desfavorecida quanto a recursos humanos podem *grosso modo* ser deduzidas a partir da frequência dos produtores de 65 anos e mais (fig. 20), particularmente alta por todo o distrito de Viana do Castelo, na parte noroeste do de Vila Real, nos de Bragança e Guarda e em largas extensões do de Viseu (a oeste e a leste), por toda a Cordilheira Central, Beira Baixa, Alto Alentejo,

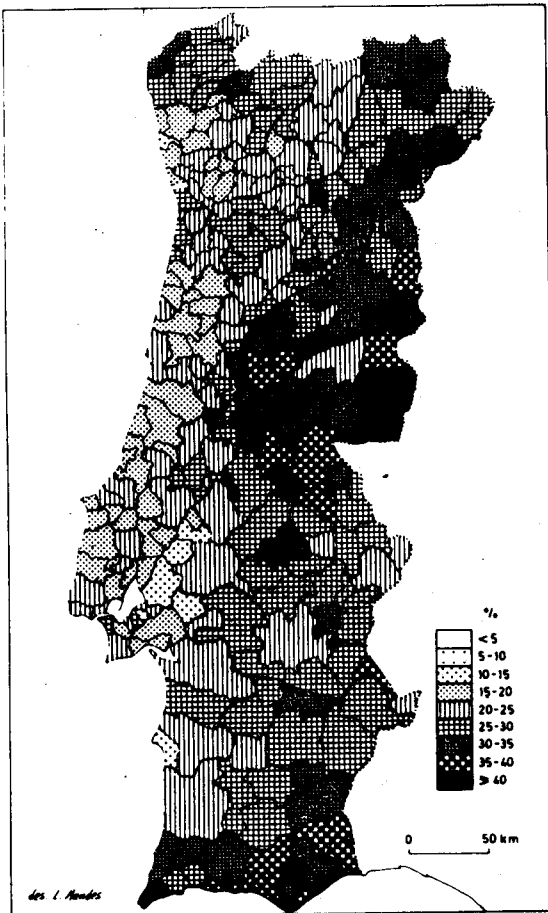


Fig. 20 — Produtores individuais com 65 anos e mais, em percentagem (1979).

Baixo Alentejo Interior e, uma vez mais, todo o Algarve: isto é, regiões montanhosas e planálticas e regiões secas, com potencialidades limitadas, mal servidas de transportes e de economia pouco diversificada, sem emissão de estímulos ao sector agrícola e sem enquadramento terciário capaz de reter as suas populações; no caso do Algarve, às mediocres potencialidades da serra xistenta juntou-se a crise da economia do pomar de sequeiro e das culturas arvenses intercalares, num contexto particularmente dinâmico de custos do trabalho e de oportunidades de emprego e lucros no turismo e em actividades por ele induzidas, que estiolou totalmente a agricultura tradicional, mesmo como actividade complementar, e apesar dos afluxos de população activa do Baixo Alentejo, definitivos e sazonais.

6. NÍVEIS DE INSTRUÇÃO

Tal como na análise das estruturas etárias, procuraremos conhecer os níveis de instrução da população dos campos a partir dos agregados domésticos dos produtores individuais. Ao nível do Continente (quadro XV) verifica-se que mais de 1/5 desta população não sabe ler nem escrever, 52% não tem qualquer grau de instrução, e apenas 0,4% beneficiou de ensino secundário, médio e superior agrícola; o analfabetismo é muito elevado nas explorações de 1—3 ha mas atenua-se progressivamente com o aumento das áreas, tal como a população que sabe ler e escrever mas não obteve qualquer grau escolar; a formação agrícola cresce paralelamente (embora seja sempre pouco comum) e mais ainda a formação secundária, média e superior não agrícola; as muito pequenas explorações apresentam estruturas mais favorecidas que as pequenas, tal como sucedia em termos etários e no seu prolongamento (população mais jovem; explorações de complemento e recreio).

Por distritos (quadro XVI), as maiores percentagens de analfabetos observam-se em Beja, Castelo Branco, Portalegre, Faro e Setúbal, de estruturas etárias também mais envelhecidas; as menores, nos de Aveiro, Porto, Braga, Viana do Castelo e Coimbra, de população mais jovem. Se considerarmos o conjunto dos analfabetos e dos que sabem ler e escrever mas sem grau de instrução, destacam-se uma vez mais os distritos de Faro, Beja, Castelo Branco e Portalegre, mas também Viana do Castelo, Viseu e Guarda; em posição oposta figuram, de novo, Aveiro, Porto e Braga. A formação secundária, média e superior não agrícola oscila apenas entre 3-8%, verificando-se as maiores percentagens nos distritos de Évora, Santarém e Portalegre, isto é, distritos do Ribatejo e Alentejo relativamente desenvolvidos; as menores, nos de Viana do Castelo, Beja, Viseu e Braga, de estrutura minifundiária fortemente marcada pela emigração no Norte, e de dualismo agrário e grande êxodo para a margem sul do estuário do Tejo e para o Algarve no caso de Beja. A formação agrícola apresenta percentagens insignificantes, sempre inferiores a 1%, embora ligeiramente maiores nos distritos de Bragança, Setúbal, Évora e Lisboa, de agricultura patronal capitalista, que aliás são secundados por Beja, Castelo Branco, Portalegre, Santarém e Vila Real, todos com 0,5%, nos quais têm de igual modo boa representação as empresas daquele tipo. Como mais desfavorecidos na formação agrícola da sua população ligada ao campo pela exploração da terra figuram os de Viana do Castelo, Aveiro, Braga, Coimbra, Porto e Viseu, marcadamente minifundiários e de agricultura a tempo parcial.

Sintetizando as estruturas distritais quanto ao nível de instrução da população agrícola familiar (fig. 21), esboçam-se três conjuntos: Aveiro, Braga, Leiria e Porto, pelo peso do ensino básico; Faro, pelo do analfabetismo ou instrução mínima; e os restantes, que se poderão ainda subdividir segundo a frequência do ensino para além do básico — Beja, Viana do Castelo, Viseu e Coimbra em posição desfavorecida e, inversamente, Évora e Lisboa.

Em termos de perspectivas de desenvolvimento e de adesão a inovações agrícolas a curto e médio prazo, interessa fundamentalmente o nível de instrução e a for-

QUADRO XV

Nível de instrução das pessoas do agregado doméstico do produtor individual, em percentagem

Classes de área agro-florestal (ha)	Não sabe ler nem escrever	Sabe ler e escrever, sem grau de instrução	Ensino básico elementar	Ensino básico preparatório	Ensino secundário, Ensino secundário, médio e superior médio e superior		agrícola
					não agrícola	agrícola	
<1	23,8	28,3	36,7	7,3	3,6	0,3	0,3
1-3	25,1	29,6	33,9	7,0	4,1	0,3	0,3
3-5	23,6	28,7	34,6	7,4	5,3	0,4	0,4
5-10	22,2	26,9	35,8	7,7	6,8	0,6	0,6
10-20	19,8	24,4	36,2	8,6	10,1	0,9	0,9
20-50	18,4	22,3	35,0	9,3	13,5	1,5	1,5
50-100	17,2	20,5	34,6	9,8	15,9	2,0	2,0
> 100	11,3	15,5	35,0	12,6	22,4	3,2	3,2
<i>Continente</i>	23,9	28,2	35,3	7,4	4,8	0,4	0,4

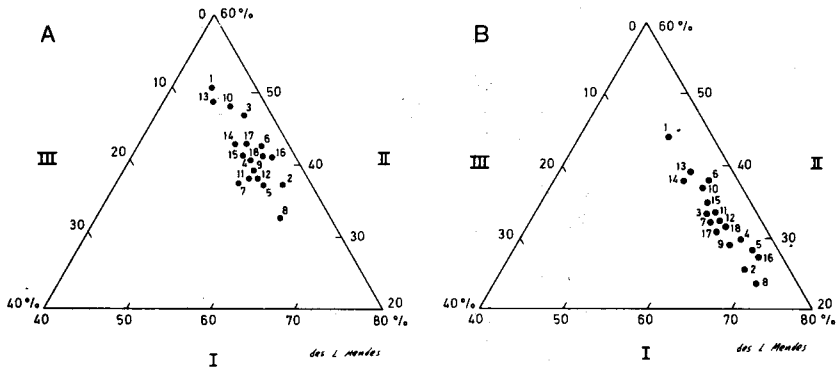


Fig. 21 — Nível de instrução da população dos agregados domésticos dos produtores individuais (A) e dos próprios produtores (B) em 1979. I, não sabe ler nem escrever ou sabe mas não obteve qualquer grau; II, ensino básico elementar; III, outros (ensino secundário, médio e superior agrícola e não agrícola). 1, Aveiro; 2, Beja; 3, Braga; 4, Bragança; 5, Castelo Branco; 6, Coimbra; 7, Évora; 8, Faro; 9, Guarda; 10, Leiria; 11, Lisboa; 12, Portalegre; 13, Porto; 14, Santarém; 15, Setúbal; 16, Viana do Castelo; 17, Vila Real; 18, Viseu.

mação profissional dos próprios produtores, que apreciaremos em seguida. No conjunto, cerca de 30% não sabe ler nem escrever, outros tantos sabem um pouco mas não obtiveram nenhum grau de instrução, 1/3 completou o ensino básico (elementar ou preparatório) e só uma pequena minoria ultrapassou este nível. Mas o grau de instrução dos produtores também varia claramente com a dimensão das suas explorações (quadro XVII): mais baixo nas de 1-3 ha, melhora progressivamente com o aumento da área, sobretudo nas de 100 e mais hectares, entre as quais poucos produtores não têm qualquer grau de instrução e cerca de 1/4 dispõe de formação secundária, média ou superior, principalmente não agrícola; os produtores de explorações inferiores a 1 ha têm níveis escolares superiores aos das de 1-3 e 3-5 ha, em correspondência com produtores mais jovens e com a prática de agricultura a tempo parcial, por necessidade para muitos mas não para todos.

Por distritos (quadro XVIII), os produtores analfabetos representam cerca de 2/5 do total nos de Beja, Castelo Branco e Faro, mas menos de 30% nos de Aveiro, Coimbra, Santarém, Porto, Braga e Viana do Castelo, por ordem crescente. Se os consideramos em conjunto com os que sabem ler e escrever mas que não alcançaram qualquer grau de instrução, ressaltam, por um lado, as posições dos distritos de Beja, Bragança, Castelo Branco, Faro, Guarda e Viana do Castelo, todos com mais de 66%, e por outro, as de Aveiro, Porto e Santarém, com 50-56%.

Na figura 21B sintetizámos a informação em três tipos: sem qualquer grau de instrução; ensino básico elementar; outra. Os distritos podem ser agrupados nos seguintes conjuntos: Faro e Beja; Bragança, Castelo Branco, Guarda e Viana do Castelo; Braga, Évora, Lisboa, Portalegre, Setúbal, Vila Real e Viseu; Coimbra, Leiria, Porto e Santarém; Aveiro. Os mais favorecidos são Aveiro, Coimbra, Porto, Santarém e Setúbal; e os menos, Faro, Beja, Viana do Castelo e Castelo Branco.

QUADRO XVI

Nível de instrução das pessoas do agregado doméstico do produtor individual, em percentagem

DISTRITOS	Não sabe ler nem escrever	Sabe ler e escrever, sem grau de instrução	Ensino básico elementar	Ensino básico preparatório	Ensino secundário, Ensino secundário, médio e superior médio e superior		agrícola
					não agrícola	agrícola	
Aveiro	15,7	28,7	40,6	9,4	5,3	0,3	
Beja	35,0	24,1	29,6	7,0	3,8	0,5	
Braga	19,6	29,4	38,5	8,0	4,2	0,3	
Bragança	28,1	25,0	34,3	6,7	5,1	0,8	
C. Branco	33,6	23,6	29,9	7,0	5,4	0,5	
Coimbra	22,9	30,6	34,5	7,1	4,6	0,3	
Évora	27,0	25,6	31,2	7,9	7,7	0,6	
Faro	32,5	28,5	27,9	5,5	5,2	0,4	
Guarda	27,7	27,7	32,4	6,0	5,8	0,4	
Leiria	23,7	26,8	36,8	7,9	4,4	0,4	
Lisboa	26,8	27,7	32,5	7,1	5,3	0,6	
Portalegre	32,9	23,2	30,3	7,3	5,8	0,5	
Porto	18,1	27,5	42,2	6,9	5,0	0,3	
Santarém	24,6	26,4	34,4	7,9	6,2	0,5	
Setúbal	31,7	21,6	33,8	7,3	4,9	0,7	
V. do Castelo	22,7	33,7	32,7	7,4	3,4	0,2	
Vila Real	24,0	28,0	36,5	6,5	4,5	0,5	
Viseu	23,8	31,3	33,6	6,9	4,1	0,3	

QUADRO XVII

Nível de instrução do produtor individual, em percentagem

Classes de área agro-florestal	Não sabe ler nem escrever	Sabe ler e escrever, sem grau de instrução	Ensino básico elementar	Ensino básico preparatório	Ensino secundário, médio e superior não agrícola	Ensino secundário, médio e superior agrícola
< 1	30,9	30,0	35,3	1,7	1,9	0,2
1-3	33,9	28,6	34,0	1,4	2,2	0,2
3-5	28,8	33,8	32,7	1,6	2,8	0,3
5-10	26,9	31,7	35,2	1,9	3,9	0,4
10-20	22,4	28,6	39,1	2,6	6,6	0,7
20-50	19,5	25,1	39,6	3,5	10,6	1,6
50-100	16,8	22,1	40,0	4,6	13,9	2,6
≥ 100	9,9	15,5	41,8	7,9	19,6	5,3
<i>Continente</i>	29,8	31,6	34,0	1,7	2,6	0,3

QUADRO XVIII

Nível de instrução do produtor individual, em percentagem

DISTRITOS	Não sabe ler nem escrever	Sabe ler e escrever, sem grau de instrução	Ensino básico		Ensino básico preparatório	Ensino secundário, médio e superior	
			elementar	4,2		médio e superior não agrícola	médio e superior agrícola
Aveiro	18,0	32,7	44,0	4,2	0,9	0,2	0,2
Beja	42,6	26,3	26,8	3,2	0,6	0,5	0,5
Braga	28,0	34,1	33,2	3,3	0,2	1,2	1,2
Bragança	38,7	27,8	29,5	2,7	0,4	0,9	0,9
C. Branco	40,0	28,0	28,1	3,1	0,5	0,3	0,3
Coimbra	22,6	36,0	37,0	3,6	0,6	0,2	0,2
Évora	30,4	29,1	32,3	6,4	1,2	0,6	0,6
Faro	40,0	31,6	24,5	3,0	0,6	0,3	0,3
Guarda	36,6	30,1	29,5	2,8	0,2	0,8	0,8
Leiria	26,8	31,7	37,6	3,2	0,4	0,3	0,3
Lisboa	34,8	27,3	32,6	3,7	1,2	0,4	0,4
Portalegre	36,3	26,0	32,3	4,0	0,8	0,6	0,6
Porto	26,9	28,2	39,1	4,2	0,3	1,3	1,3
Santarém	25,1	30,5	39,2	4,1	0,7	0,4	0,4
Setúbal	36,7	23,2	34,3	4,3	0,9	0,6	0,6
V. do Castelo	29,7	40,0	27,6	2,0	0,2	0,5	0,5
Vila Real	33,2	30,6	31,3	3,6	0,4	0,9	0,9
Viseu	29,1	34,9	32,1	2,9	0,2	0,8	0,8

Dentro de cada distrito verificam-se diferenciações segundo a dimensão das explorações, mais acentuadas nuns do que noutros (fig. 22). Tal não surpreende, já que com a estrutura agrária prendem-se condições económicas, acesso ao ensino e ao progresso, lucros da exploração, condições de vida e êxodo ou permanência, etc. O analfabetismo decresce com a dimensão das explorações e quase se apaga nas de 20 e mais hectares de Viana do Castelo a Lisboa, mas não no Norte e Centro Interiores, no Alentejo e no Algarve, áreas que se destacam paralelamente pela forte proporção do conjunto destes com os que não alcançaram qualquer grau: os níveis superiores à 4.^a classe têm representação significativa nas explorações de 10 hectares e mais na maioria dos distritos, salvo em Bragança, Setúbal e Beja, e também nas de 5-10 ha nos da fachada atlântica até Coimbra e Viseu, além de Évora. Podemos neste aspecto agrupá-los como se segue: Viana do Castelo, Braga, Porto, Aveiro, Coimbra e Leiria; Vila Real, Lisboa e Évora; Viseu e Santarém; Bragança, Guarda, Castelo Branco e Portalegre; Setúbal, Beja e Faro.

Descendo a análise à escala dos concelhos, os contrastes espaciais do nível de instrução dos produtores agrícolas tornam-se mais evidentes: os sem qualquer grau de instrução (fig. 23), muitos deles analfabetos, adensam-se na montanha do Minho, por todo o interior do Norte e Centro do país, com excepção do vale do Douro, no Baixo Alentejo e no Algarve, áreas onde têm forte representação os analfabetos. Mas estes também são numerosos na Estremadura, na península de Setúbal e por todo o Alentejo Litoral (fig. 24).

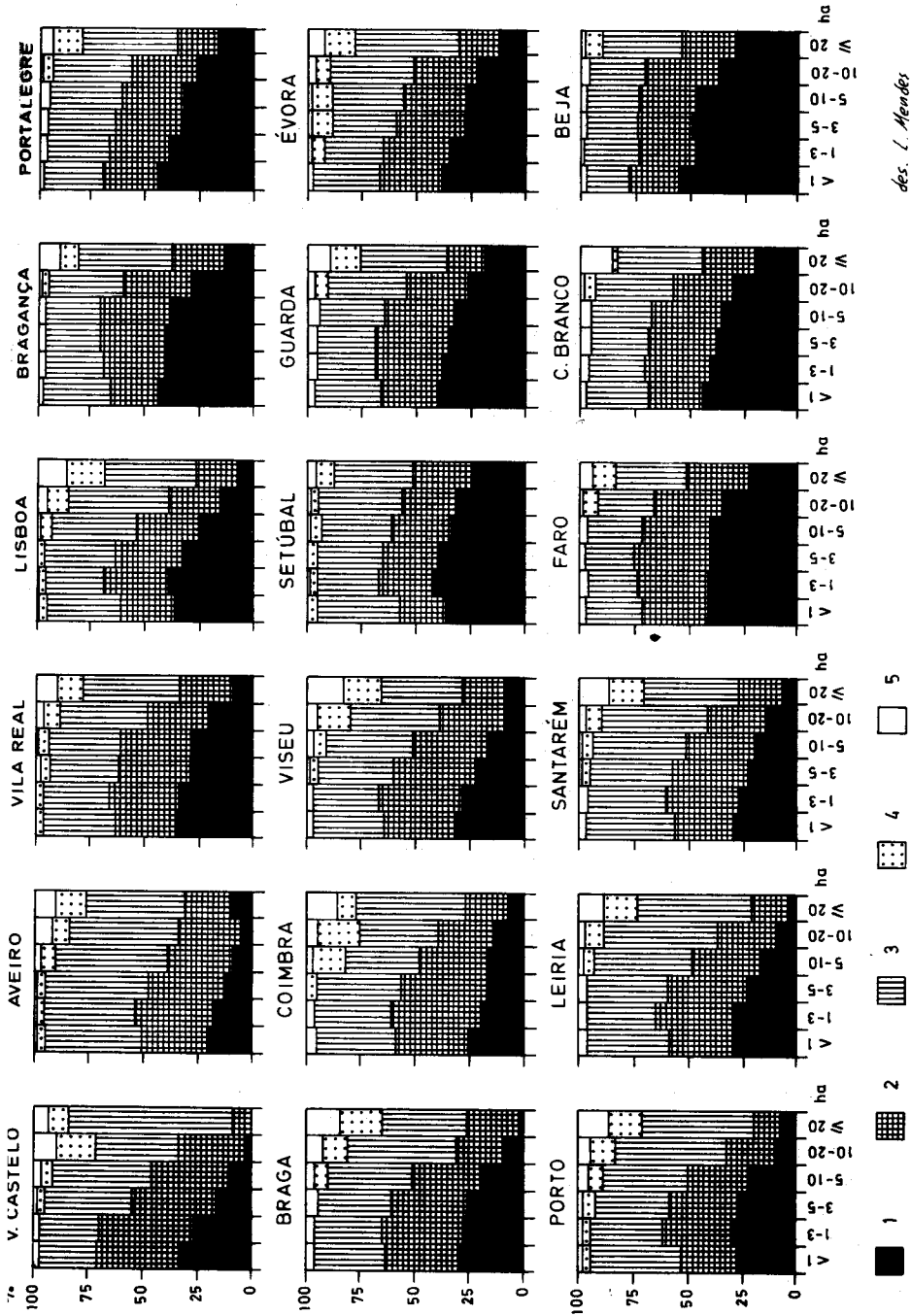
7. CONCLUSÃO

Este estudo visou o conhecimento da actual população agrícola dos campos do nosso país, com base na análise da informação facultada pelo recenseamento agrícola de 1979 e pelo XII recenseamento geral da população de 1981, que se desenvolveu em duas direcções — estrutural e espacial.

Não obstante a disparidade dos números das duas fontes, em grande parte resultante da diferença de critérios e de conceitos, sobressai:

1) a forte proporção dos activos do sector e a elevada relação destes por hectare de superfície agrícola ou mesmo agro-florestal, sobretudo nas pequenas e muito pequenas explorações, e mais ainda a das pessoas que dizem trabalhar as suas explorações familiares embora a tempo bastante reduzido, sem que no tempo restante desenvolvam outras actividades remuneradas ou lucrativas;

2) a distribuição espacial bastante desigual da população que trabalha nos campos, com forte concentração nos distritos do Norte e Centro atlânticos, quer se considere a informação de 1979 quer a de 1981, embora a diferença entre ambas seja mais acentuada nos de agricultura familiar e forte mobilização agrícola do trabalho das mulheres; esta reforça as suas densidades activas agrícolas, o que não implica necessariamente grande significado do sector em termos de emprego, global e por sexos;



des. L. Mendes

Fig. 22 — Níveis de instrução dos produtores individuais, segundo a dimensão das suas explorações (1979): 1. analfabeto; 2. sabe ler e escrever mas não obteve qualquer

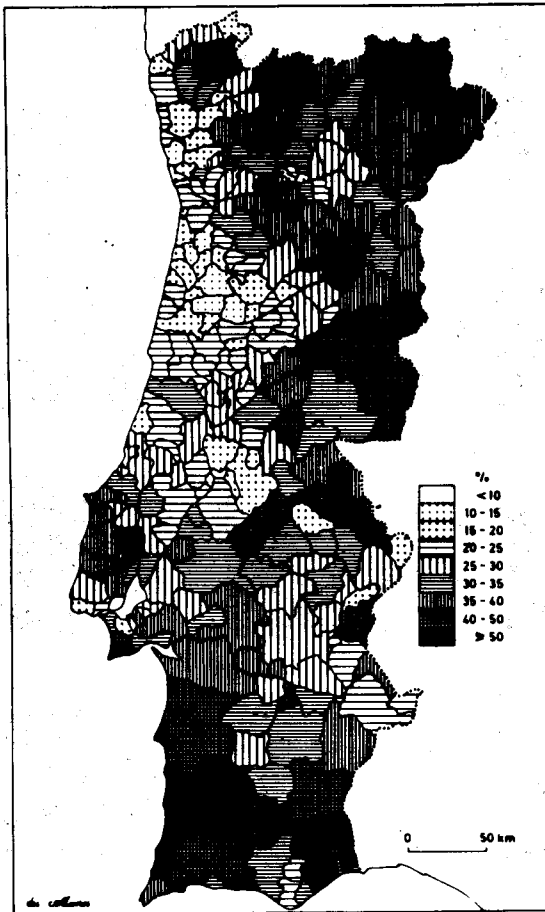


Fig. 23 — Produtores individuais analfabetos, em percentagem (1979).

3) o carácter dominante da exploração familiar e, no seu prolongamento, o da condição de trabalhador por conta própria e de trabalhador familiar não remunerado, sobretudo nas pequenas e médias explorações e no Norte e Centro do país, com poucas e bem localizadas excepções, e ao contrário no Sul (patrões e trabalhadores por conta doutrem, principalmente se integrarmos nestes os membros das cooperativas e unidades colectivas de produção da zona de intervenção da reforma agrária);

4) o acentuado subemprego agrícola da população que trabalha no sector, quer tenha sido considerada ou não com profissão na agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal, principalmente nas explorações pequenas e médias e nas áreas

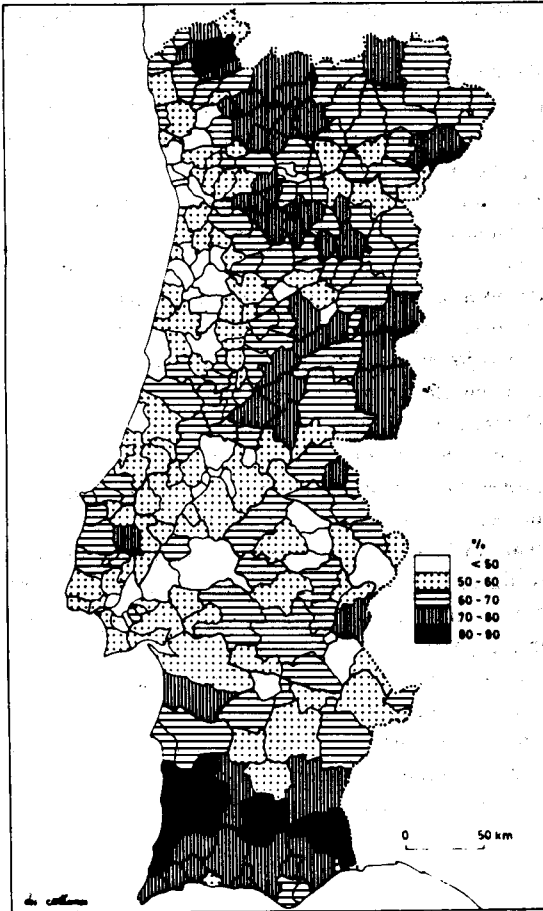


Fig. 24 — Produtores individuais analfabetos ou sabendo ler e escrever mas sem qualquer grau de instrução, em percentagem (1979).

de sistemas de produção com ritmos sazonais bastante contrastados, relevando-se o subemprego dos elementos do sexo masculino e os distritos do Norte Interior e do Sul, de sistemas pouco intensivos;

5) o não desvio total do tempo de trabalho deixado livre pela exploração familiar para o desempenho de outras actividades, por falta de oportunidades, por cansaço e pela dificuldade de combinar ocupações diferentes ou de se fazer substituir na exploração pelos outros membros do agregado familiar, o que evidencia não se tratar em muitos casos duma mão-de-obra desnecessária, cuja partida não comprometeria os níveis de produção dos sistemas praticados (factores, culturas e técnicas); a especificidade da agricultura, subordinada a ritmos biológicos e ao tempo meteoroló-

gico, dificulta a organização do trabalho e o pleno emprego permanente dos que a praticam;

6) o envelhecimento da população dos campos, com fraca proporção de gente jovem e forte peso de idosos, sobretudo entre a população feminina, nas explorações médias e grandes — em contraste com as pequenas e muito pequenas e as muito grandes, de população claramente mais jovem — e nas regiões montanhosas do Norte e por todo o Sul, com destaque para o Baixo Alentejo e o Algarve; o envelhecimento atinge igualmente a população que trabalha na agricultura e os responsáveis pelas explorações;

7) os baixos níveis de instrução da população dos campos, principalmente entre as pequenas e médias explorações, já que nas muito pequenas residem frequentemente gerações mais jovens, pluriactivas ou como hóspedes, e nas áreas que se evidenciaram pelo seu envelhecimento, situação que atinge de forma mais acentuada a classe dos produtores, pelos ritmos lentos de sucessão de gerações na gestão da exploração familiar (herança fundiária, por morte dos progenitores);

8) o indiscutível subdesenvolvimento dos meios rurais de quase todo o país, que desde meados do século alimentaram correntes de êxodo volumoso e selectivo para outras regiões mais dinâmicas e diversificadas economicamente e oferecendo melhores perspectivas, da fachada atlântica de Viana do Castelo a Setúbal e do litoral algarvio: rarefação demográfica, envelhecimento e empobrecimento humanos, não compensados pela dispersão de alguns desalojados das ex-colónias e pelo retorno de alguns emigrantes, nem pela circulação de capitais de que estes dispõem, e que levanta problemas delicados de reordenamento do território e de planeamento regional, de que muito se fala (aproveitamento de recursos; melhoria das condições de vida e de trabalho das populações; inserção equilibrada em espaços alargados, ibérico e europeu, etc.) mas que pouco parece avançar.

CARMINDA CAVACO